



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MARCELLO LIMA DE MELLO

PRIMAVERA ÁRABE:
AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO EGITO ENTRE 2010 E 2012

Florianópolis
2012

MARCELLO LIMA DE MELLO

**PRIMAVERA ÁRABE:
AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO EGITO ENTRE 2010 E 2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2012

MARCELLO LIMA DE MELLO

**PRIMAVERA ÁRABE:
AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO EGITO ENTRE 2010 E 2012**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.


Florianópolis, 26 de novembro de 2012.


Prof. Orientador José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina


Prof. Luciano Daudt da Rocha, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina


Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha mãe Irene Lima e aos meus avós Mário Euclides Teodoro de Mello, Anita Westphal de Mello e Irineu Lima.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

Aos meus familiares, principalmente à minha mãe que me educou com muita competência e sempre acreditou na minha capacidade de alcançar os objetivos traçados.

À minha namorada Roberta Fiamoncini, não somente pela ajuda e paciência inesgotável que teve ao longo da elaboração deste trabalho, mas por estar sempre ao meu lado independente das circunstâncias.

Ao meu professor orientador José Baltazar S. O. de A. Guerra, pela disponibilidade a me ajudar em todas as vezes que lhe procurei e principalmente por dividir uma parte do seu conhecimento sobre a temática das Relações Internacionais contemporâneas.

Ao Instituto da Cultura Árabe, em especial a secretária Dolores e a Coordenadora do Núcleo de Cursos Heloisa que me agraciou com excelentes artigos e me aproximou de importantes professores que estudam o Oriente Médio.

Aos colegas que adquiri ao longo da vida acadêmica.

“Uma das maiores ilusões da política é acreditar na premissa de que existe um único curso de ação correto e ideal” (FRED HALLIDAY, 2005).

RESUMO

As manifestações compreendidas entre os anos de 2010 e 2012 que reivindicaram alterações políticas, econômicas e sociais no mundo árabe colocaram o Oriente Médio em destaque no cenário internacional. Sob a ótica da Primavera Árabe, a República Árabe do Egito, maior e mais populoso país da região, vivenciou momentos turbulentos e demonstrou ao mundo a rigidez dos movimentos populares contra o autoritarismo e como estes são capazes de interromper décadas de ditaduras aparentemente inabaláveis. A ideia deste trabalho surgiu devido à necessidade de compreender o desejo latente da população árabe para que regimes democráticos fossem instalados na região. Por objetivo, este trabalho pretende contextualizar a Primavera Árabe, descrever as transformações políticas do Egito entre 2010 e 2012 bem como destacar o peso das manifestações populares no Egito. As informações foram coletadas através de pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, já a abordagem adotada foi a pesquisa qualitativa. Ao fim, com todos os objetivos alcançados, investigou-se a razão que levou milhares de manifestantes egípcios a lutarem por transparência política e democracia, e com isso, criaram-se novas interpretações deste novo cenário da conjuntura mundial.

Palavras-chave: Primavera Árabe. Oriente Médio. Egito.

ABSTRACT

Demonstrations found between the years of 2010 and 2012 which claimed for changes in the political, economical and social contexts in the Arabic world detached the Middle East in the highlights of the international scenario. Focusing on Arab Spring, the Arab Republic of Egypt, which is the largest and most populated country in the region, experienced difficult moments and showed the world the strictness of popular demonstrations against authoritarianism; it also presented how they can manage to interrupt several decades of an apparent unshakeable dictatorship. The idea of this work came with the need of understanding the Arab population`s latent desire of having democratic regimes in the region. The purpose aims to contextualize the Arab Spring, to describe the political transformations in Egypt from 2010 and 2012 as well as to detach the impact of popular demonstrations in this country. Information was collected with exploratory, documental and bibliographic research and the approach is regarded as a qualitative research. Finally, having all objectives reached, we investigated the reason which took thousand of Egyptian demonstrators to fight for political transparency and democracy and thus, new interpretations for this new scenario in the world situation were created

Key words: Arab Spring. Middle East. Egypt.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Geografia da Primavera Árabe	50
Gráfico 1 - Estatísticas do primeiro turno	62
Gráfico 2 - Estatísticas do segundo turno.....	62
Gráfico 3 - Resultados do primeiro turno.....	63
Gráfico 4 - Resultados do segundo turno	63
Quadro 1 - As três correntes clássicas: realismo, liberalismo e marxismo.....	44
Quadro 2 - 18 dias que mudaram o Egito	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.4.1 Quanto à abordagem	16
1.4.2 Quanto aos objetivos	17
1.4.3 Quanto às técnicas	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 DEMOCRACIA	19
2.1.1 Tipos de democracia	21
2.1.1.1 Democracia direta	21
2.1.1.2 Democracia representativa	22
2.1.1.3 Democracia mista	24
2.2 TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA	25
2.3 PARTIDOS POLÍTICOS	34
2.4 NATUREZA DOS PARTIDOS POLÍTICOS	38
2.5 SISTEMAS DE PARTIDOS	38
2.5.1 O sistema bipartidário	39
2.5.2 O sistema multipartidário	39
2.5.3 O partido único	40
2.6 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	41
2.6.1 As relações internacionais e o Oriente Médio	45
3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	48
3.1 A PRIMAVERA ÁRABE	48
3.1.1 As manifestações e os protestos populares no Egito	49
3.2 SISTEMA POLÍTICO EGÍPCIO	53
3.2.1 Instituições e regulamentações políticas no Egito	53
3.2.2 Principais partidos políticos do Egito	54
3.2.2.1 Partido democrático nacional (PDN)	55

3.2.2.2 Irmandade muçulmana.....	56
3.2.2.3 Movimento egípcio por mudança (Kefaya)	58
3.2.3 Principais alterações políticas e constitucionais no período pós-Mubarak.....	60
3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA PRIMAVERA ÁRABE PARA A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura internacional pós 11 de setembro, somada às recentes manifestações pró-democráticas, que assolam o mundo árabe, e as distorções impostas pela mídia, demandam novas análises sobre o Oriente Médio.

Os países islâmicos que em sua totalidade somam 55, possuem 1,3 bilhão de pessoas correspondente a um quinto da população mundial (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2012). Tal região, historicamente berço de diversos conflitos étnico-religiosos, vive um momento histórico com importantes repercussões estratégicas promovendo relevantes alterações no cenário internacional.

No contexto da Primavera Árabe, o foco da presente pesquisa direcionou-se à República Árabe do Egito.

O Egito está geograficamente posicionado no continente africano, próximo a Ásia e relativamente próximo à Europa Oriental, que se constitui o maior país do mundo árabe em população e esteve em destaque em 2011 na mídia internacional (EGYPT STATE INFORMATION SERVICE, 2012).

O processo de transformação da política egípcia demonstrado nas manifestações e atividades políticas que ocorreram principalmente em janeiro de 2011, na Praça Tahir no Cairo, e que em apenas 18 dias retirou do poder o ditador Mohammed Hosni Mubarak, que há 30 anos comandava o país, já era uma revolta anunciada. O autoritarismo do governo somado às altas taxas de desemprego que ultrapassavam 9% (INDEX MUNDI, 2012), constantes denúncias de corrupção, censura à liberdade de expressão e o crescimento vertiginoso da pobreza resultou na referida mobilização do povo árabe a favor de uma transição política (LOTUS REVOLUTION, 2012).

Sobre o atual cenário do mundo muçulmano, Lewis (2004, p. 110) ressalta:

Quase todo o mundo muçulmano é afetado por pobreza e tirania. Ambos os problemas são atribuídos, especialmente por aqueles interessados em desviar a atenção de si mesmo, aos Estados Unidos – o primeiro, à dominância e exploração econômicas norte-americanas, agora apenas superficialmente disfarçada de ‘globalização’; o segundo, ao apoio norte-americano a muitos dos chamados tiranos muçulmanos que servem a seus propósitos. A globalização tornou-se um dos temas mais importantes na mídia árabe, e é quase sempre suscitada em associação à penetração econômica norte-americana. A supremacia americana (...) indica para onde dirigir a culpa e a hostilidade resultantes.

Ainda no que tange esse contexto, é relevante destacar que, com a queda de Mubarak, países aliados ao Egito, como Estados Unidos e Israel sentiram-se ameaçados, tendo em vista que com a ascensão de um novo governo a possível aliança poderia se romper (LAMPREIA, 2012).

Em artigo publicado no “Washington Post” em abril de 2011, Henry Kissinger e James Baker, ambos ex-secretários de Estado americanos, escreveram: “Precisamos alguma garantia de que a sucessão não criará novos grandes problemas, por isso é importante ter um conceito de ordem depois das mudanças de regime” (LAMPREIA, 2012).

Desta maneira, o presente trabalho busca compreender o contexto da Primavera Árabe analisando o processo de transformação política do Egito e seus reflexos para futuras projeções internacionais.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A democratização nos países árabes vem ocorrendo de forma gradativa. A desconfiança dos radicais islâmicos com a possível transição para a democracia está implicitamente atrelada à rejeição ao desenvolvimento do ocidente (HADDOD, 2007).

Com o fim da Guerra Fria, países da América do Sul, África e Leste Europeu aderiram à democracia, entretanto, os governos opressores e as ditaduras que permeiam os países árabes foram capazes de impedir que tal forma de governo chegasse àquela região. Somado a isso, o fundamentalismo islâmico¹ e a aparente incompatibilidade entre democracia e o mundo árabe explicam o atraso institucional da região em estudo.

A “pseudo-incompatibilidade” supracitada é justificada na obra “O Choque de Civilizações” de Samuel P. Huntington. Nela, o autor apresenta o conceito de “guerra de linhas de fratura”, onde relata que a maioria dos conflitos mundiais seria justificado pela diversidade de civilizações que entram em choque em um conflito.

Segundo Huntington (1996, p 320-323):

¹ Segundo Zilles (2004, p. 184) “Corrente que defende os valores tradicionais do Islamismo e prega a adoção do Corão como Constituição dos Estados. Atualmente, os fundamentalistas islâmicos agem, sobretudo na esfera política, algumas vezes por violência, recorrendo ao “olho por olho e dente por dente”, caracterizando-se por uma intolerância radical”

Os conflitos de linha de fratura são conflitos comunitários entre Estados ou grupos de civilizações diferentes. As guerras de linha de fratura são conflitos que se tornaram violentos. Essas guerras podem ocorrer entre Estados, entre grupos não-governamentais e entre Estados e grupos não-governamentais. (...) Como a religião é a principal característica definitiva das civilizações, as guerras de linha de fratura são travadas quase sempre entre povos de religiões diferentes. (...) Milênios de História da Humanidade demonstraram que a religião não é uma 'pequena diferença', mas sim talvez a diferença mais profunda que possa existir entre as pessoas. A frequência, a intensidade e a violência das guerras de linha de fratura são muito aumentadas pelas crenças em deuses diferentes.

A onda de protestos que varreu o mundo árabe no início de 2011 teve grande repercussão no cenário internacional. A denominada Primavera Árabe emergiu na Tunísia e logo se espalhou pelos países vizinhos que tinham, em comum, governos ineficientes, autoritários e corruptos (MAGNOLI, 2011).

O presente estudo tem como tema analisar as transformações políticas na República Árabe do Egito entre 2010 e 2012, sendo que tal tema delimita-se na seguinte estrutura: As transformações políticas no Oriente Médio destacando o caso Egito, as mudanças no sistema político e constitucional no referido país e o destaque do peso das manifestações populares que culminaram com a queda do ditador Hosni Mubarak em 11 de fevereiro de 2011.

Diante do contexto supracitado insta indagar: Após a transformação política o Egito transformar-se-á em uma democracia?

1.2 OBJETIVOS

Nesta sessão serão apresentados os objetivos do trabalho, delimitados por objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é analisar as mudanças políticas na República Árabe do Egito no contexto da Primavera Árabe e no período de 2010 a 2012.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho de conclusão de curso são:

- Destacar o peso das manifestações e dos protestos populares na transformação política do Egito;
- Analisar o processo de transformação política no Oriente Médio, destacando o caso Egito;
- Descrever as mudanças do sistema político e constitucional na República Árabe do Egito.

1.3 JUSTIFICATIVA

Durante muitos anos, os assuntos de cunho diplomático do cenário internacional eram pouco relevantes no cotidiano das pessoas. Questões relacionadas a política externa, taxas de câmbio e alianças estratégicas eram assuntos restritos aos diplomatas e que tinham importância secundária nos canais de comunicação e no próprio meio acadêmico. Em suma, não nos preocupávamos com os rumos da economia vizinha e com a oscilação da política internacional, pois estes eram assuntos que não eram de domínio público (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Os tempos são outros, com o dinamismo da economia internacional e com o avanço da tecnologia, hoje todos os dias somos remetidos as atualidades internacionais em tempo real. Nas últimas três décadas do século XX, por exemplo, muito se falou sobre sistemas econômicos, globalização e democratização.

A democratização também denominada de “terceira onda” iniciou-se em 1974 no sul da Europa, especificamente em Portugal, Espanha e Grécia. Logo após, esses processos de transformações políticas espalharam-se para a América Latina, Leste Europeu e por fim chegaram à antiga União Soviética (SILVA, M., 2005).

Percebe-se que até aqui, uma área riquíssima e com importâncias estratégicas globais não foi citada, o Oriente Médio.

Historicamente conhecida com uma área conflituosa e de conturbado relacionamento com o Ocidente, o Oriente Médio por meio da Primavera Árabe parece iniciar o processo de transformação política naquela região.

Tocqueville (1856 apud SANTORO, 1997, p.166) ao discorrer sobre as revoltas árabes afirma que:

Não é sempre indo de mal a pior que se cai numa revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que aguentou, sem se queixar e como se não as sentisse, as leis mais opressivas resolve repeli-las com violência logo que seu peso diminui. O regime que uma revolução derruba é sempre melhor do que aquele que o antecedeu imediatamente, e a experiência nos ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a reformar-se. Só um grande gênio pode salvar o príncipe que resolveu aliviar seus súditos após uma longa opressão. O mal que se aguentava com paciência como sendo inevitável parece insuportável logo que se concebe a idéia de livrar-se dele.

Motivado pelas aulas de Geopolítica e Ciência Política, o enfoque da presente pesquisa direcionou-se para a República Árabe do Egito. Pressupõe-se que com o término do trabalho o acadêmico compreenda as transformações políticas do Egito e do Oriente Médio bem como as respectivas consequências para o sistema internacional contemporâneo.

Outrossim, o presente estudo poderá permitir a acadêmicos de outras áreas, que tenham interesse no tema, utilizar esse estudo como fonte de pesquisa para compreender a complexidade do Oriente Médio e os assuntos atuais das Relações Internacionais.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa sessão, tem-se como objetivo apresentar os critérios utilizados para a realização deste trabalho de conclusão de curso. Nele constam as técnicas utilizadas e apropriadas para o desenvolvimento do estudo e atendimento dos objetivos do mesmo.

1.4.1 Quanto à abordagem

A abordagem utilizada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa foi utilizada para diferenciar a percepção dos cientistas políticos acerca do tema em voga.

Segundo Malhotra (2006, p. 155), a abordagem qualitativa é a “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”.

Para Richardson (1999, p.79), a “abordagem qualitativa de um problema justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um

fenômeno social”.

Segundo Roesch (1996, p. 146), a “pesquisa qualitativa é apropriada para avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa [...]”.

1.4.2 Quanto aos objetivos

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, a pesquisa foi classificada como exploratória.

O objetivo da pesquisa exploratória é fazer uma busca em um problema ou em uma situação para prover critérios e maior compreensão (MALHOTRA, 2006).

Segundo Reis (2008, p. 55), “A pesquisa exploratória é o primeiro passo de qualquer pesquisa, que acontece quando o tema escolhido é pouco explorado e o pesquisador precisa incorporar características inéditas e buscar novas abordagens”.

1.4.3 Quanto às técnicas

De acordo com a metodologia adotada, as técnicas utilizadas nesse trabalho foram a pesquisa bibliográfica e documental.

Para a realização deste estudo, principalmente para a elaboração da fundamentação teórica, o acadêmico utilizou como fonte de pesquisa: livros, artigos, revistas e redes eletrônicas.

Fachin (2006, p. 121) afirma que:

Todo tipo de estudo deve, primeiramente, ter o apoio e o respaldo da pesquisa bibliográfica, mesmo que esse se baseie em outro tipo de pesquisa, seja de campo, de laboratório, documental ou outra, pois a pesquisa bibliográfica tanto pode conduzir um estudo em si mesmo quanto constituir-se em uma pesquisa preparatória para outro tipo de pesquisa.

Lakatos e Marconi (2001) salientam que a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir e resolver não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não foram resolvidos claramente. Dessa forma, esse tipo de pesquisa não é mera repetição do que já foi dito ou escrito, mas um exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, que pode levar a conclusões diferentes das iniciais.

Fachin (2006, p. 146) argumenta que:

A pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação.

A pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, pois a única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2009).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa sessão serão abordados conceitos-chave e o referencial teórico para a concretização do Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais pautando-se nas regras para a construção da pesquisa.

Para o embasamento das considerações feitas pelo acadêmico, foi necessário pesquisar diversos conceitos e teorias existentes na área do estudo, conforme apresentado neste capítulo.

2.1 DEMOCRACIA

A diversidade de questões acerca das distintas maneiras de compreender o significado de democracia ultrapassa os campos do direito, filosofia e ciência política. Devido às inúmeras interpretações sobre tal conceito, o enfoque desta subseção será direcionado à democracia do cenário ocidental.

Etimologicamente a palavra democracia origina-se do grego e significa o governo do povo; a soberania popular. *Demos* = Povo e *Kratos* = Força (FIGUEIREDO, 2001).

Historicamente a forma de governo democrático surgiu “na Europa cristã, no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, e tomou várias formas ao longo dos séculos XIX e XX” (METZGER, 2008, p.12).

O conceito de Democracia foi muito bem empregado no discurso proferido por Abraham Lincoln em 19 de novembro de 1863. No reconhecido Discurso de Gettysburg, o ex-presidente norte americano é categórico: “Democracia é um governo do povo, pelo povo e para o povo, consagrado ao princípio de que todos os homens nascem iguais” (DISCURSO DE GETTYSBURG, 2012, p.1).

Na mesma linha do discurso de Abraham Lincoln, faz-se um paralelo com o conceito de democracia do jurista Pontes de Miranda, citado no livro de Figueiredo (2001, p.82):

Liberdade, igualdade, e democracia são três conceitos distintos, precisos, claros. São como três caminhos, três dimensões pelas quais se anda: sobe-se por uma; por outra, vai-se para os lados; pela terceira, marcha-se para a frente, ou para trás. Não se pode por uma só linha caminhar pelas três. Cada uma existe independentemente das outras. A evolução tem de se processar nas três. Em certos momentos a Grã-Bretanha realizou mais liberdade. Os Estados Unidos, mais democracia. A Rússia, mais igualdade.

Quem diz democracia, liberdade e maior igualdade refere-se, necessariamente, às três estradas. Estrada larga, subindo, é fusão das três. Mas, ainda aí, não se confundiram as dimensões, isto é, os três conceitos.

Ainda no que tange ao conceito de democracia, cabe citar a manifestação do constitucionalista pernambucano Ferreira (1975 apud GOULART, 1995, p. 49):

A democracia é o regime dos povos chegados ao seu desenvolvimento político, ou em uma frase clássica, é o regime da aristocracia dos povos. Somente as nações que aperfeiçoaram as suas instituições sociais econômicas podem permitir que, no seio de suas condições históricas, possam vicejar, frondescer e florir os ideais de liberdade e igualdade, como os luzeiros polares da democracia.

Em virtude da complexidade acerca do tema, derivam-se vários modelos que interpretam a democracia. Dependendo do entendimento sobre questões específicas foram definidas diversas concepções discrepantes, entretanto, ao longo da história do pensamento ocidental, duas visões sempre coexistiram (MARQUES, 2007).

De um lado a visão de Al Smith (1928 apud JUNIOR, 2009, p.6) que ao criticar o abuso do poder público cita: “a solução para todos os problemas da democracia é mais democracia”, ou seja, para o ex-governador de Nova Iorque, delegar aos cidadãos o máximo de decisões políticas geraria o máximo de bem-estar social.

Já na visão antagônica de Max Weber (1919 apud JUNIOR, 2009, p.6), o mecanismo de voto, por meio do qual a maioria escolhe e decide seus governantes, não gera os melhores resultados para o Estado. A citação do intelectual alemão resume o pensamento daqueles que desacreditam nos resultados do sistema democrático: “a democracia deve ser praticada apenas onde convém”.

Paralelamente a distinção suso descrita, ressalta-se que o cidadão comum está implicitamente atrelado ao conceito de democracia. Embora não seja o enfoque da presente pesquisa, destaco que o comportamento e a capacidade do eleitor em compreender a matéria em questão, impactam na efetividade democrática.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, Al Smith pressupõe que o cidadão comum é apto para compreender e interpretar os assuntos governamentais, entretanto, a corrente de Weber é clara em afirmar que os cidadãos falham em suas decisões por três razões: não compreender o sistema de governo, porque são enganados por uma minoria, ou por desinteresse acerca das atividades governamentais (JUNIOR, 2009).

Portanto, tratando-se de um estado democrático, o voto é de suma importância para o resultado final da democracia plena, sendo que a eleição de políticos incompetentes e corruptos está diretamente ligada a capacidade de discernimento dos cidadãos comuns em avaliar os políticos por seus planos de governo, honestidade e competência (JUNIOR, 2009).

2.1.1 Tipos de democracia

Devido à magnitude do tema, as democracias podem ser classificadas de várias maneiras. A posição do Estado ante os domínios social e econômico e a participação dos cidadãos nas decisões políticas nacionais, são aspectos que auxiliam na diferenciação dos tipos de democracia (GOULART, 1995).

Nessa subseção, será abordado o conceito dos principais tipos de pensamento sobre a teoria democrática sob a ótica da aproximação governo-povo, quais sejam: democracia direta, democracia representativa e democracia mista.

2.1.1.1 Democracia direta

A democracia direta, também chamada de democracia participativa, foi o tipo de democracia adotado na Grécia Antiga no século XVII. Tal forma de governo é caracterizada pela ausência de intermediação entre os governantes e os governados, ou seja, é aquela em que o povo exercita as funções governamentais sem o interposto dos representantes. Neste contexto, leis eram elaboradas, atos administrativos eram praticados e a justiça era aplicada (GOULART, 1995).

Contudo, na medida em que as cidades-estados expandiam-se tanto territorialmente quanto populacionalmente, tornar-se-ia inviável a prática da democracia direta na sociedade ateniense. Ademais, tendo em vista que nos moldes gregos o exercício da participação política estava restrito a uma minoria da população, excluindo-se os servos do governo e os escravos, seria no mínimo equivocado alegar que “o povo” era representado nesta forma de regime governamental, afinal, democracia e escravidão são palavras opostas (GOULART, 1995).

Na esfera da democracia direta, o principal teórico político que representa este pensamento foi o filósofo suíço Jean Jacques Rousseau. Segundo Rousseau

(1995 apud ALVERGA, 2003, p.99), o referido filósofo ao defender a democracia direta era claro:

Na verdade, as leis são as condições da associação civil. O povo submetido às leis deve ser o seu autor, só aos que se associam cabe reger as condições da sociedade.

Em virtude do crescimento das cidades gregas e da contestação da participação democrática em uma sociedade em que somente os homens livres tinham acesso às práticas governamentais, Rousseau rendeu-se à realidade que ele próprio defendera. Em pleno século XVII tal forma de governo tornava-se insustentável. É neste instante que a democracia direta cede lugar à democracia representativa (FILOMENO, 2001).

2.1.1.2 Democracia representativa

Comumente identificada como democracia liberal, a democracia representativa é caracterizada pela distinção entre governantes e governados e pela divisão de poderes e alternância governamental. Considerando a impossibilidade de se creditar a todos os cidadãos a tarefa de promulgar e executar leis, somando-se a gradativa dificuldade de se gerenciar um estado, a democracia representativa surge como uma necessidade para o sistema (GOULART, 1995).

A partir da segunda metade do século XVIII, a França pós-revolução preconizava a necessidade de uma assembleia popular que, da melhor maneira possível, representaria a vontade geral dos cidadãos. É neste contexto que surge o chamado “regime ou sistema de governo de assembleia” desencadeando posteriormente a ideia do liberalismo político (FILOMENO, 2001).

Diversos cientistas políticos afirmam que John Locke foi primeiro pensador a lançar premissas de cunho liberal. O renomado filósofo inglês lançou as bases do pensamento político que embasou os referenciais teóricos na democracia representativa. Tal tipo de democracia é a forma que Locke apontou como a mais completa para que um Estado seja governado e administrado (ALVERGA, 2003).

A convicção de Locke (1973 apud ALVERGA, 2003, p.40), acerca da efetividade da democracia liberal pode ser compreendida no seguinte trecho:

Somente o povo pode indicar a forma da comunidade, a qual consiste em construir o legislativo e indicar em que mãos deve estar. E quando o povo disse, sujeitar-nos-emos a regras e seremos governados por leis feitas por estes homens, e dessa forma, ninguém mais poderá dizer que outros homens lhes façam leis, nem pode o povo, ficar obrigado por quaisquer leis que não sejam as que forem promulgadas pelos que escolheu e autorizou a fazê-las. Sendo o poder legislativo derivado do povo por concessão ou instituição positiva e voluntária, o qual importa em fazer leis e não em fazer legisladores, o legislativo não terá o poder de transferir a própria autoridade de fazer leis, colocando-a em outras mãos.

Diante da citação transcrita, Locke demonstra que a população tem papel fundamental na criação do poder Legislativo do Estado, ou seja, por meio do voto os referidos membros são escolhidos para representar o povo. Outrossim, fica evidenciado que a ideia de representação política de Locke caracteriza-se pela anuência dos indivíduos em determinar os seus representantes, ou seja, as leis seriam sancionadas de acordo com o consentimento e a necessidade dos indivíduos (ALVERGA, 2003).

Não obstante, há concepções teóricas que criticam a abordagem de Locke e questionam a importância do voto nas questões políticas do Estado. Segundo Hobsbawn (2008, p.103) “o ato de expressar assentimento à legitimidade do sistema político, por meio do voto periódico nas eleições, pode ter importância pouco mais do que simbólica”. Sustentando tal ideia, o cientista político Ronald Inglehart realizou uma pesquisa entre 1999 e 2001 para mensurar a aceitação da democracia liberal nos países de massa. A comparação foi realizada em estados com acentuadas disparidades geográficas e culturais e o resultado foi surpreendente: Com 62% de apoio à democracia, a Rússia atingiu o menor nível de aceitação popular para tal forma de governo. O Brasil atingiu 85% de aceitação enquanto Albânia e Egito lideram a pesquisa com 99% de apoio (INGLEHART, 2003 apud SILVA, M., 2005).

Inglehart (2003 apud SILVA, M., 2005, p.75) acrescenta:

O apoio aberto à democracia parece uma condição necessária, mas não suficiente, para a emergência de instituições democráticas. A menos que a massa pressione por democracia, é pouco provável que as elites com sede de poder dêem ao público o poder para removê-las de seus cargos. Atualmente, o apoio aberto à democracia está difundido entre o público por todo o mundo. Mas atitudes favoráveis em direção à ideia geral de democracia não são suficientes. Para as instituições democráticas sobreviverem em longo prazo, elas precisam de uma cultura de massa de tolerância, confiança, orientação participatória e ênfase na auto-expressão, além de níveis razoavelmente altos de bem-estar econômico

subjetivo. Em grau impressionante, as sociedades cujos públicos são classificadas em nível alto de valores de auto-expressão mostram altos níveis de democracia.

Paradoxalmente as ideias de Locke, Hobsbawm (2007, p.111;112) complementa:

[...] É inegável que na democracia liberal dar atenção à vontade do povo torna mais difícil o ato de governar. As soluções ideais praticamente já não estão à disposição dos governos. São aquelas nas quais os médicos e os pilotos de avião confiavam no passado e ainda tentam confiar hoje, em um mundo cada vez mais desconfiado. Elas tinham por base a convicção popular de que nós e eles compartilhamos os mesmos interesses. Não dizíamos a eles como servir-nos, pois como não somos peritos não poderíamos fazê-lo, mas, até que algo de errado acontecesse, nós lhe dávamos nossa confiança.

A discussão em torno da efetividade da instrumentação do voto popular na democracia representativa varia de acordo com a contextualização do sistema e a abordagem teórica escolhida para o estudo. Tendo em vista a complexidade da questão, encontraremos autores a favor e contra a democracia defendida por Locke.

Antes de detalhar o modelo de democracia mista, cabe destacar a diferença crucial nos modelos adotados por Locke e Rousseau: Para Locke, o poder legislativo deve ser exercido por representantes eleitos pelo povo, já para Rousseau, o poder legislativo deve ser exercido diretamente pelos cidadãos (BOBBIO, 1998 apud ALVERGA, 2003).

2.1.1.3 Democracia mista

Em virtude da falência da democracia representativa causada principalmente pela ineficiência dos representantes do povo que agiam sem o comprometimento com os eleitores, emerge uma necessidade latente de denunciar as corrupções existentes e garantir que o direito da maioria fosse garantido. É nesse cenário que emerge a democracia mista (ROMANELLI, 2007).

Vulgarmente conhecida como democracia semidireta, a democracia mista é um regime político caracterizado pela combinação dos elementos das democracias direta e representativa. A partir desse novo cenário, surgiram mecanismos que aproximaram a participação do povo nas decisões políticas das nações modernas, quais sejam: Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Em virtude da limitação de

páginas e do enfoque da pesquisa, o autor não citará o conceito destas três vertentes da democracia mista (ROMANELLI, 2007).

Na democracia mista, o povo elege seus representantes para a tomada de decisão dos negócios. Nesse contexto, GARCIA (2004) é claro em afirmar que a democracia mista permite ao cidadão o exercício pleno da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, inclusive no oferecimento de propostas para fomento de atos e espécies legislativas, conferindo-lhe atributos de cidadania e inserindo-o no *status* de prerrogativas, atributos, faculdades, ou poder de interferência dos cidadãos no governo de seu país.

Os principais países que adotam elementos da democracia mista seja por meio de oferecimento de projetos ou alterações constitucionais são Suíça, França, Itália e Estados Unidos. No Brasil, tendo em vista a juventude da consolidação da democracia no país ou a falta de alternativas políticas, o uso desse tipo democrático está longe de ser uma realidade (GARCIA, 2004).

2.2 TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A democratização se tornou o grande fenômeno político na década de 80 do cenário internacional. As denominadas teorias de transição para a democracia foram consagradas como a abordagem mais bem sucedida acerca do problema (AVRITZER, 2012).

Ao longo das últimas décadas, foram produzidas diversas obras acerca dos processos de democratização no mundo. Nestas literaturas há o consenso na definição do conceito de transição. A transição é definida como um período de duração extremamente variável e incerto, contextualizado entre a ruptura de um regime político e o pleno controle do poder por parte do novo regime (VITULLO, 2006).

Em meados da década de 90, consolidou-se uma nova abordagem teórica e sociológica da transição para a democracia, a qual contradiz a correlação entre os processos de construção institucional e de democratização social. O que se procurou demonstrar é que, além da construção de pilares democráticos, como eleições livres e liberdade de imprensa, dever-se-á implicar estes valores democráticos nas práticas cotidianas de toda população (AVRITZER; COSTA, 2012).

Com o desenvolvimento das transições democráticas, houve diversas

tentativas de analisar como os países venceriam os regimes autoritários. No final da década de 90, dentre as particularidades destas análises, está a adoção da abordagem comparativa que estabeleceria certas semelhanças entre os processos de transição em diferentes países (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012).

Sob essa ótica, os cientistas políticos Gerardo Munck e Carole Leff (1997 apud PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012), propuseram a classificação da transição democrática em cinco abordagens: reforma de baixo; reforma de transação; reforma de ruptura; reforma de cima para baixo e a *reform through extrication*.

A reforma de baixo é o modo de transição em que a iniciativa parte de atores excluídos das elites governamentais, que por meio de negociações aproximam-se das antigas elites. Nesse modelo, as elites do antigo regime embora sejam incapazes de frear a ruptura do regime, exercem pleno controle sobre o processo de transformação política (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012).

A reforma de transação é caracterizada por rupturas nas quais as elites estão de acordo com a mudança política e mesmo assim são autossuficientes para impor a negociação sobre a oposição. Já as reformas por rupturas, são aquelas firmadas por grupos excluídos do cenário político que rompem com o regime anterior, confrontando as antigas elites políticas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012).

As transições chamadas de cima para baixo são motivadas por segmentos da elite política que se desvinculam da antiga ordem. Por fim, as reformas denominadas *reform through extrication* são aquelas iniciadas por ambas as partes, tanto oposição quanto as elites. Entretanto, embora enfraquecidas, as elites políticas ainda são capazes de impor negociações à oposição (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012).

Nessa proposta de classificação de transições de regime, os cientistas políticos supracitados destacam que o modelo de transição política adotado deixa verdadeiros legados para o regime pós-transição. Ao diferenciar os diferentes tipos de transição, pode-se avaliar as probabilidades de uma futura consolidação de uma democracia plena em um determinado Estado (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2012).

Para a criação de uma abordagem sociológica de democratização, se faz necessário a revisão crítica acerca das reflexões acadêmicas sobre as transições e as consolidações de democracia que prevalece nos dias de hoje. Tal fato nos faz recusar a ideia de que a democracia pode ser compreendida como uma simples questão de seleção de lideranças (VITULLO, 2006).

Outra teoria que estuda o processo de transição para a democracia é a transitologia. Nela, os processos de liberalização são executados pelas forças ligadas aos estabelecimentos autoritários e concebidos como abertura de espaço político (CARVALHO, 2010).

Na percepção de Barreto (2006 apud CARVALHO, 2010, p.28) um dos atributos de tal teoria, é a possibilidade da transição ser segmentada em estágios, que podem ser executados gradativamente:

O primeiro estágio, denominado abertura, abrange os sinais originários da liberalização e torna mais clara a fronteira que divide os partidários do velho e do novo regime. O segundo estágio refere-se ao colapso do antigo regime e ao surgimento de um novo regime democrático e se estende até a promulgação de uma nova constituição política. O terceiro chama-se consolidação e designa a interiorização das regras democráticas, o fortalecimento da sociedade civil, a regularização das eleições e a reforma da estrutura estatal. A terceira característica refere-se à crença na importância determinante das eleições. Os transitólogos acreditam que os procedimentos eleitorais não são apenas a pedra fundamental de novo regime, mas o mecanismo principal de reforma das instituições políticas. A competição eleitoral incentiva a direção e a disposição para o redesenho do Estado, assim como a prestação de conta e a transferência das práticas do governo. A quarta refere-se ao fato de que as características “estruturais” específicas de cada país não são consideradas como fatores determinantes quanto às possibilidades de sucesso ou de fracasso do processo de transição democrática. O sucesso ou não do novo regime depende do papel desempenhado pelas elites políticas. A condução da democratização está restrita a um conjunto de atores políticos que, em última instância, são os responsáveis pela decisão em adotar instituições democráticas. Como quinta característica, a transitologia considera que o novo governo é constituído sobre estruturas estatais que já estavam em funcionamento. O desafio imposto pelo novo regime é a reforma das instituições pré-existentes. Dessa forma, é natural que as duas literaturas, transitologia e a reforma do Estado, tenham alguma proximidade, inclusive com alguns autores comuns.

A influência da fragilidade dos novos regimes alonga o período de transição democrática até uma etapa onde a nova forma de governo possa suprir certos requisitos e ser consolidada. Ademais, existe uma série de fatores que apontam características da transitologia nos dois últimos séculos, quais sejam: O estabelecimento de controle dos militares e a divulgação de um marco legal

aprovado majoritariamente (CARVALHO, 2010).

Já as teorias da transição para a democracia constituem uma forma de universalizar o conceito de democracia. Para tal abordagem teórica, as condições que tornam a democracia possível prevalecem mesmo quando um regime autoritário está em vigor. Para as teorias da transição, a democracia não é uma situação e sim um processo que poderá ser longo e necessariamente precisará de um tempo de maturação para a posterior consolidação (AVRITZER, 2012).

Neste enredo Barreto (2006 apud CARVALHO, 2010, p.28) complementa:

Da mesma forma, a democracia encontra-se consolidada quando o jogo democrático torna-se o único jogo possível para as elites que disputam o controle do Estado. [...] De maneira mais geral, a sociedade não é considerada um ator político relevante. Sua participação no processo de democratização normalmente está delimitada pelo conceito de sociedade civil adotada pelos atores transitólogos [...]. Segundo Linz e Stepan (1999), a sociedade civil é uma comunidade política autônoma, não estatal, composta por associações, movimentos sociais, entidades de classe, organizações não-governamentais, e grupos de interesses auto-organizados. Sua importância para a consolidação democrática reside na sua capacidade de exercer algum controle sobre as lideranças.

Na ótica da teoria da transição, a democracia é alcançada quando há um processo longo de negociação onde são estabelecidas regras que atendam os anseios tanto do governo, quanto da oposição. Nesse intervalo entre o ápice do enfraquecimento do regime autoritário e a restauração da democracia, geralmente consolida-se a transição (AVRITZER, 2012).

Nesse sentido O'Donnell & Schmitter (1986 apud AVRITZER, 2012, p.1) são categóricos:

A transição consiste no intervalo entre um regime político e outro (...) As transições são geralmente delimitadas, por um lado, pelo lançamento de um processo de dissolução de um regime autoritário e, pelo outro, pela instauração de alguma forma de democracia, pelo retorno a alguma forma de regime autoritário ou pela emergência de uma opção revolucionária.

A necessidade da definição de democracia torna-se indispensável, uma vez que não se tem claro em que consiste a democracia, jamais seria constatado o final de um processo de transição. O entendimento de democracia que se tornou uniforme entre os estudiosos da transição, baseia-se na concepção da incerteza proveniente da teoria dos jogos (AVRITZER, 2012).

Ainda neste enredo, Przeworski (1991 apud AVRITZER, 2012, p.1) define democracia:

[...] Um sistema de processamento de conflitos no qual os resultados dependem daquilo que os participantes fazem, mas nenhuma força consegue, solitariamente, controlar resultados. O desfecho de conflitos particulares não é conhecido exatamente pelas forças políticas em competição, porque as consequências das ações dependem das ações de outros e estas não podem ser antecipadas. Deste modo, do ponto de vista de cada participante, os desfechos parecem incertos.

Barreto (2006 apud CARVALHO, 2010, p.20) acrescenta:

[...] sugere que o poder político é exercido por todos ou pela maioria, que reúne condição de cidadania. Privilegia-se, no entanto, a participação direta no processo de decisões políticas e os cidadãos dividem-se, simultaneamente, nas condições de soberano e súdito. Nesse caso, ressalta-se que o evento histórico, que originou o termo, se refere à forma de governo adotada pelos atenienses, no século 500 a.C., e perdurou por 200 anos, até serem dominados pelo império macedônico.

Apesar desses teóricos afirmarem que a democracia provoca a extensão da cidadania, uma maior participação política e a extensão da agenda social, eles se questionam sobre o que impediria o acesso a esses direitos e como eles poderiam ser atingidos. A resposta que emerge: a ideia do poder de veto. Nesse âmbito, é fácil perceber o que explicaria a democratização: A viabilidade de que atores capazes de vetar resultados políticos abdicuem de tal manobra política (AVRITZER, 2012).

Os estudiosos da transição para a democracia trabalham com o conceito de democracia como ausência de autoritarismo. Tal ideia sustenta-se na presença ou ausência de certos elementos de ordem política, tais como direitos civis garantidos pela Constituição e eleições livres. Entretanto, a problemática dessa concepção está no fato de que, as teorias não problematizam a maneira de como os diferentes atores políticos acatam a institucionalidade vigente (AVRITZER, 2012).

Dessa forma, tão importante quanto a instauração de eleições livres e direitos civis para a população, é necessário analisar a atitude dos elementos sociais em relação a esses atributos (AVRITZER, 2012).

De fato, o que os estudiosos das transições de regime não percebem, é o sistema de regras da ação política que controla os atores em diversas situações. No caso dos países recém-democratizados, a ideia de negociação não é tão relevante em relação aos Estados que possuem uma longa tradição democrática (AVRITZER,

2012).

Assim, a democratização deve abranger o aprendizado da negociação somando-se com a combinação de livre operação de sistema político e a real interpretação do significado atribuído à democracia. Essa interpretação provocará diversas concepções a respeito da tolerância, da importância da negociação e da importância das normas democráticas (AVRITZER, 2012).

A crítica feita em torno das concepções dos estudiosos das transições para a democracia nos permite lançar uma diferente visão acerca da democratização. A análise da transição democrática deve levar em conta a cultura política vigente anterior à instauração da democracia, ou seja, a relação entre os diferentes atores políticos deve ser considerada sob este enfoque (AVRITZER, 2012).

Desta maneira, o obstáculo da democracia não se limita à questão do funcionamento apropriado das instituições políticas, mas soma-se às práticas adotadas pelo Estado e as suas relações com os atores sociais. Tal relação torna-se fundamental para a existência da democracia (AVRITZER, 2012).

Corroborando com este pensamento, Avritzer (2005 apud CARVALHO, 2010, p.30) complementa:

A introdução de práticas democráticas conduz, na melhor das hipóteses, à disputa entre duas diferentes culturas políticas. A análise da democracia deve levar em conta a cultura política anterior ao estabelecimento da democracia, bem como os locais do aparelho de Estado e do sistema político que favorecem a continuidade de práticas não-democráticas.

Diante do exposto, as correntes que se dedicam a explicar as condições e os efeitos de uma transição para a democracia mostram-se insuficientes para elucidar a realidade do mundo árabe. Para a concretização da mudança de regime, melhor seria se o fenômeno da transição política fosse analisado a partir das reformas que levam à democratização do ambiente político do Estado (PETRUS, 2010).

A transição é somente um dos momentos da construção da democracia, se faz necessário a preservação da verdade e a institucionalização da consolidação da democracia para que seja rompido o regime anterior e a nova forma de governo enfim seja ratificada em um determinado Estado (PETRUS, 2010).

Em momentos distintos o sistema internacional presenciou diversas formações de ondas democráticas, algumas nações desde os primórdios adotaram tal regime, outras ainda encontram-se em um gradativo processo de transformação

ou ainda não caminham para este avanço (HADDOD, 2007).

Desde o último quarto do século XX, a busca pela democracia aumentou gradativamente no Mundo Árabe. Esse interesse por mudança converge principalmente pelo descontentamento do povo árabe acerca dos suscetíveis desastres ocasionados pelo sistema político vigente na região, tais como, atrasos econômicos, acomodação estrutural, políticas de estabilização e direcionamento para uma economia de mercado (HADDOD, 2007).

Apesar das especificidades de cada território, o que cada processo de independência e transição de regime político dos países do Oriente Médio tem em comum é a falta de autenticidade dos governos locais sobre os cidadãos que passaram a comandar. Além disso, os respectivos processos de independência tenderam a ser destacados pela ânsia populacional por autonomia política, sendo que tal autonomia era vista como revolucionária e imprudente pelo imperialismo europeu. Ressalta-se que o processo de independência no Oriente Médio ocorreu no intervalo entre os anos de 1922 e 1971, onde se teve o Egito como oficialmente o primeiro país independente da sua colônia em 1922, logo após vieram o Iraque em 1932, o Líbano, a Jordânia e a Síria em 1946, a Líbia em 1951, o Marrocos e o Sudão em 1956, o Kuwait em 1961, a Argélia em 1962, o Iêmen em 1967, o Omã em 1970 e os Emirados Árabes Unidos e o Qatar em 1971 (SCHIOCCHET, 2011).

A palavra transição deriva-se do latim e tem entre seus significados: ato ou efeito de transitar, mudança, passagem, modificação de um regime político. Em suma, é a mudança de um estágio que implicará algo de novo (MENDONÇA et al, 2008a).

Um dos objetivos da transição democrática é garantir a sequência dos projetos e ações da gestão anterior, principalmente se estas ações relacionam-se com a qualidade de vida da população. Corroborando com Sotello (2008 apud MENDONÇA et al, 2008b, p.1) “é na passagem ordenada do poder, sem perda do ritmo, da continuidade e do comando da ação governamental, que administradores demonstram seu compromisso com a sociedade”.

Sotello (2008 apud MENDONÇA et al, 2008b, p.1) complementa que “a transição de governo exige inúmeras iniciativas e providências. Mas é, sobretudo um valor da democracia, que deve ser reforçado, melhor conhecido e trabalhado”.

Conforme MENDONÇA et al. (2008b, p.2), o processo de transição democrática pode ser compreendido pelos seguintes princípios:

- Durante a transição, sempre deve prevalecer o interesse público;
- Uma transição bem-feita assegura a continuidade das ações, dos projetos e programas em andamento;
- A transição deve garantir que a passagem de um governo para outro ocorra sem prejuízo dos serviços essenciais prestados à população;
- A transição eficiente permite que o novo gestor esteja munido de todas as informações necessárias para iniciar o seu governo;
- De forma alguma disputas políticas devem interferir no processo de transição;
- O processo de transição deve ser o mais organizado possível;
- Cabe ao gestor a tarefa de organizar os trabalhos de transição e elaborar as normas que regerão o processo;
- A transição deve ser regulamentada por um projeto de lei ou, até mesmo, por um decreto;
- Os modelos de transição devem estar adequados às características de cada região;
- É fundamental que todas as ações da equipe de transição sejam amplamente divulgadas para a sociedade.

Tratando-se do Oriente Médio, as peculiaridades dessa região remetem-nos a indagar se o modelo democrático hegemônico no Ocidente consolidar-se-á nessa área tão singular do cenário mundial. O objeto de estudo desta pesquisa é a República Árabe do Egito e nesse país, o processo de democratização iniciou-se diferentemente das transformações ocorridas na denominada terceira onda de democratização, na América Latina e na Europa. No Egito, as bases sociais originaram discussões públicas acerca do regime de Hosni Mubarak culminando em protestos por todo país, já na América Latina e Europa, as elites dominantes engajaram-se para que ocorressem as respectivas democratizações, ou seja, não contaram com a participação da classe trabalhadora (MUNDORAMA, 2012).

De fato, no processo de transição democrática do cenário contemporâneo do Oriente Médio as camadas dos menos favorecidos uniram-se com os trabalhadores, comerciantes e artesãos locais. Essa união reforça a tese de que quando um movimento de expressão populacional se une em oposição a um regime opressor e exige mudanças no sistema de governo, frequentemente há a associação das camadas médias e menos favorecidas da sociedade (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2012).

Um dos fatores que demonstram a efetividade da mobilização árabe em prol de um governo democrático foi a manifestação pública da sociedade civil contra o regime político vigente, e não contra quem governava. Somando-se a isso, a quebra do estereótipo dos manifestantes árabes é outro ponto que deve ser

ressaltado no período de transição para a democracia no Oriente Médio. Manifestantes de todas as faixas etárias, desempregados, pertencentes ao setor informal, profissionais liberais, operários, advogados, professores de nível superior, jornalistas e pequenos empresários sem vinculação a qualquer bandeira política, saíram às ruas reivindicando transformações políticas, no estado e nos seus respectivos modelos econômicos (NASSER, 2011).

Outrossim, o uso das redes de comunicação digital para disseminar os protestos pelo mundo é outro ponto impactante do cenário árabe contemporâneo. No contexto da Primavera Árabe, a utilização dessas redes ficou evidenciada na publicação de fotos em redes sociais e na utilização de telefone móvel, notebooks e tablets (SILVA, T., 2012).

Percebendo a velocidade da propagação das imagens e o poder fulminante que as redes sociais tinham principalmente com os jovens, países como a Tunísia, o Iêmen e o Egito cortaram os serviços de internet e limitaram a utilização de aparelhos telefônicos após a divulgação de fotos nas quais jovens egípcios eram torturados pela polícia local que os acusaram de ter postado vídeos em que eles eram vistos dividindo os lucros por uma apreensão de droga. Não obstante, apesar da intervenção do governo quanto à divulgação das imagens nas mídias de massa, as imagens criadas por aparelhos móveis são altamente significativas e que indiretamente impulsionam novas ondas de protestos e mobilizações a favor de democratizações mundo a fora (SILVA, T., 2012).

A mobilização supracitada foi um passo importante dado pela comunidade árabe, no entanto, a democracia política por si só não será suficiente para suprir as reivindicações deste povo tão sofrido. A chamada democracia social possibilitará ao cidadão direitos humanos, culturais e econômicos equivalentes aos direitos políticos ora reivindicados (HADDOD, 2007).

Neste contexto, HADDOD (2007, p.59) é claro:

A democracia não é uma receita mágica para solucionar os problemas das sociedades árabes, ela só pode ser realizada dentro de um contexto histórico e diante de determinadas circunstâncias. A democracia de fato é uma fórmula de administração do conflito social por meios pacíficos através de um mecanismo essencial, qual seja, a alternância no poder entre as diferentes forças e classes mediante eleições livres e justas.

Para o triunfo de uma revolução, é necessário um conjunto de fatores que

raramente coincidem: A conduta do governo deve apontar graves evidências que ameaçam o futuro econômico-financeiro do país, as camadas da população sem distinção de classe social ou grupo étnico e religioso devem convergir a favor de uma mobilização, os militares não devem estar mais propensos a defender os interesses do estado e o conseqüente enfraquecimento das relações com as principais potências mundiais devem estar evidenciados (GOLDSTONE, 2011 apud NASSER, 2011).

Portanto, para as vozes árabes serem ouvidas, além da reforma política, deverá ocorrer, paralelamente, a democratização da cultura árabe, pois essa concepção de regime constituirá uma sociedade civil com novos valores, comportamentos e estilo de vida tendenciado ao mundo ocidental (HADDOD, 2007).

Com isso, entende-se que o empenho dos movimentos revolucionários, formados no contexto da Primavera Árabe, a favor da democratização dos países daquela região, vai muito além da manipulação das massas. As ondas de protestos mostraram o quanto as mídias sociais são poderosas e provaram o quão frágil são as instituições de segurança no mundo globalizado e coberto de internet via satélite como nos dias atuais. Além disso, ficou explícito que no mundo árabe, carência política e carência econômica surgem lado a lado e, portanto, as reformas reivindicadas devem atingir primordialmente todas estas extensões (NASSER, 2011).

2.3 PARTIDOS POLÍTICOS

Toda a forma que serve para expressar o pensamento é visto como um órgão de opinião pública, como a imprensa, o rádio e os livros. Sob a ótica estritamente política nos regimes democráticos, o mais importante são os partidos políticos (AZAMBUJA, 2005).

Por meio da história da Ciência Política contemporânea, percebe-se que os partidos políticos são presenças quase que permanentes nos regimes políticos institucionalizados nos Estados de Direito. Em virtude da magnitude da sua natureza ou dos diferentes tipos de sua finalidade, os partidos políticos estão presentes tanto nos Estados democráticos como nas ditaduras de partidos únicos (FONSÊCA, 2012).

Considerados instituições permanentes que agrupam indivíduos que pensam de forma similar acerca dos problemas do governo, os partidos políticos servem para construir e manifestar a opinião de outras correntes, que divergem, na opinião pública (AZAMBUJA, 2005). Historicamente o termo partido político está vinculado à tradição inglesa e é utilizado desde meados do século XII na Idade Média. Por outra vertente, especialistas em ciência política buscam na tradição francesa, a partir da Constituição de 1789, a forma originária da expressão moderna dos partidos políticos. Neste período, deputados de diferentes regiões reuniam-se para debater questões relacionadas aos interesses de todos os cidadãos locais (STRECK; MORAIS, 2000).

O moderno modelo partidário consolidou-se ao final do século XIX, tendo seu reconhecimento expresso ao longo do século XX, como endossam os exemplos italiano em 1947, alemão em 1949, francês em 1958, português em 1976 e espanhol em 1978, embora sua constitucionalização tenha ocorrido muito antes, no século XIX por volta de 1850 (STRECK; MORAIS, 2000).

É difícil desvendar a dinâmica dos partidos políticos em uma pesquisa acadêmica, cabe-nos, além de contextualizar alguns conceitos e teorias já existentes, tecer considerações gerais sobre o tema. Em virtude da complexidade do conceito, dependendo do contexto e do referencial teórico adotado, percebem-se diferentes manifestações acerca da concepção sobre os partidos políticos.

O primeiro autor que nos agraciou com a definição de partidos políticos foi o filósofo irlandês Edmund Burke. Em 1770 ele definiu o partido como “um corpo de pessoas unidas para promover, mediante esforço conjunto, o interesse nacional, com base em algum princípio especial, ao redor do qual todos se acham de acordo” (BONAVIDES, 2001 p. 344).

Já em 1816, o teorista do Estado Liberal Benjamin Constant surgiu com uma nova definição: “Os partidos políticos são reuniões de homens que professam a mesma doutrina política” (BONAVIDES, 2001 p. 344).

Corroborando com os conceitos susos descritos, Streck e Morais (2000, p.162) complementam:

Partidos políticos são agrupamentos livres e estáveis de pessoas, reunidas em razão de um conjunto de ideias compartilhadas, dispostos a participar do jogo eleitoral com vistas à conquista do poder político para a implementação de políticas próprias.

Ainda sob o enfoque do conceito de partidos políticos, o jurista português Marcelo Caetano (1977 apud BASTOS, 2004, p.267) acrescenta:

O partido político é uma associação de cidadãos que pretendem, mediante a ação concertada junto da opinião pública, obter o exercício e os benefícios do poder. Não se confunde com a simples comissão eleitoral nem com a mera associação cívica, embora na prática a linha divisória que o separa desta possa ser muito tênue. [...] O partido exerce a autoridade através dos seus membros que são titulares dos órgãos governativos e que atuam naquela qualidade, submetidos às decisões e instruções emanadas dos órgãos partidários competentes.

Apesar da forte influência que tinham, até bem recentemente os partidos políticos eram ignorados pela legislação e Constituição dos Estados Modernos. Entretanto, hoje a regulamentação e a existência dos partidos é prevista na maioria das Constituições Federais (AZAMBUJA, 2005).

No caso brasileiro, conforme Azambuja (2005, p.311), a Lei Orgânica dos Partidos, de 15 de julho de 1965, é clara em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º - A fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos nacionais estão sujeitos às prescrições da presente lei.

Art. 2º - Os partidos políticos, pessoas jurídicas de direito público interno, destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo.

Ainda enfatizando o conceito de partidos políticos, dentre as diversas concepções do tema, as mais expressivas definições do século XX foram proferidas por Max Weber, Hans Kelsen e Georges Burdeau (BONAVIDES, 2001).

Do ponto de vista sociológico, o intelectual alemão Max Weber (1956 apud BONAVIDES, 2001, p.345) teceu o seguinte conceito acerca da natureza dos partidos políticos:

Não importa os meios que empreguem para afiliação de sua clientela, são na essência mais íntima, organizações criadas de maneira voluntária, que partem de uma propaganda livre e que necessariamente se renova, em contraste com todas as entidades firmemente delimitadas por lei ou contrato.

Hans Kelsen, escritor político contemporâneo escreve: “Os partidos políticos são organizações que congregam homens da mesma opinião para afiançar-lhes verdadeira influência na realização dos negócios públicos” (BONAVIDES, 2001, p.345).

Já no dizer sucinto de Burdeau (1949 apud BONAVIDES, 2001, p.346), “o partido representa uma ‘associação’ política organizada para dar forma e eficácia a um poder de fato”.

Apesar dos discrepantes conceitos, na Europa e na América Latina, os partidos políticos são alvos de constantes críticas. Muitas dessas críticas são pertinentes, sendo um dos principais vícios apontados, o de que os partidos maquiam a opinião, silenciando o que não lhes convém, indiretamente obrigando seus filiados a votar contra os próprios princípios e ponto de vista (AZAMBUJA, 2005).

Em um determinado contexto, os partidos políticos se viram alvo de graves repreensões e a literatura jurídica os condenou impiedosamente. Com manifestado pessimismo, o filósofo escocês David Hume (1875 apud BONAVIDES, 2001, p.347) afirma: “Do mesmo modo que os legisladores e fundadores de Estados devem ser honrados e respeitados pelo gênero humano, os fundadores dos partidos políticos devem ser odiados e detestados”.

Igual descaso demonstrara Thomas Hobbes (1672 apud BONAVIDES, 2001) quando afirmou que os partidos, divididos entre si, geram as revoltas, guerra civil e fazem triunfar o ódio e a violência.

Portanto, após demonstrar as duas faces do conceito de partido político, cabe ressaltar que o seu mérito maior é corrigir o regime representativo para torná-lo realmente democrático. Os partidos políticos formulam métodos para tratar as inconsistências da gestão pública, apresentam candidatos que, quando eleitos se propõem a combater os problemas de administração e política dos Estados (AZAMBUJA, 2005).

Por isso, não há perfeito funcionamento da democracia representativa sem partidos políticos caracterizados e com programas definidos. O eleitor do mundo globalizado do século XXI não deve confiar nas promessas de candidatos que não são comprometidos com a filosofia a um programa e a um partido (FONSÊCA, 2012).

Apesar das falhas e de todas as denúncias que corriqueiramente são expressas na opinião pública, os partidos políticos são instrumentos indispensáveis à democracia, e onde não existam, não há a presença de um governo popular (AZAMBUJA, 2005).

2.4 NATUREZA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Conforme as definições supracitadas, um partido político é uma associação de pessoas organizadas que participam do funcionamento das instituições que buscam acesso ao poder para fazer prevalecer as ideias e os interesses dos seus filiados (FONSÊCA, 2012).

Em um regime democrático, são três as finalidades básicas dos partidos políticos:

a) Servir como catalisador de uma corrente de opinião: Geralmente há um grupo de pessoas que convergem sobre um mesmo assunto, no entanto, não transformam esta abordagem em uma ação política. Para tal concretização, é inevitável que exista um grupo mais habilitado para orientar a todos e buscar expressar estes pensamentos em votos para levar os representantes das comunidades locais às atividades da gestão pública (FONSÊCA, 2012).

b) Selecionar e enquadrar os eleitos: A seleção é realizada quando escolhido os nomes para pleitear os cargos eletivos. Após o resultado das urnas, os candidatos eleitos deverão estar orientados para converter em leis principalmente os programas que representam as orientações dos partidos. A forma como o partido exige o comportamento do respectivo candidato em termos de obediência às diretrizes programáticas, vai definir o seu grau de fidelidade partidária (FONSÊCA, 2012).

c) Educar e informar o eleitor: Uma das finalidades maiores dos partidos é preparar o eleitor para a vida política para que desta forma, todos estejam informados sobre os problemas da administração pública em nível nacional, estadual e municipal. Cabe ao partido mostrar ao eleitor o que é pertinente e o que não é prioridade nas ideias e ações da política (FONSÊCA, 2012).

2.5 SISTEMAS DE PARTIDOS

Um autêntico sistema de partidos é formado pelo número de partidos existentes em um país, suas estruturas internas, o papel que a oposição representa e as relações que os partidos mantêm entre si. Seu grau de importância é tão acentuado, que alguns especialistas o consideram como elemento essencial das instituições políticas (BASTOS, 2004).

O Estado partidário contemporâneo adota três sistemas de partidos, quais sejam: o bipartidário, o multipartidário e o partido único (BONAVIDES, 2001).

2.5.1 O sistema bipartidário

Como a sua própria nomenclatura indica, os sistemas bipartidários são aqueles que elegem dois partidos, que por vezes tem suas forças aproximadas e conseqüentemente se alternam no poder. Em suma, há um partido dominante que quase permanentemente ostenta-se no poder e outro partido figura na oposição (BASTOS, 2004).

Não obstante, seria um equívoco afirmar que no sistema bipartidário existem apenas dois partidos. É possível e muito comum que vários partidos saem às urnas, entretanto, o sistema é tecnicamente rígido e de tal forma estruturado para que apenas dois partidos reúnam de maneira clara e permanente a possibilidade de chegar ao primeiro lugar nas eleições (BONAVIDES, 2001).

Nos Estados Unidos, por exemplo, a estrutura bipartidária é tão rígida que até os dias de hoje nenhum pequeno partido converteu-se em um grande partido. Também não há indícios de que um grande partido tenha atingido a condição de pequeno partido. A estrutura já está ratificada, conjunturada e estabelecida. Lá, a espinha dorsal da política é formada pelos partidos dos democratas e dos republicanos, partidos que se alternam no poder desde a instauração da democracia estadunidense (BONAVIDES, 2001).

A característica marcante deste sistema é o fato de o partido vencedor não precisar de alianças em virtude de obter a maioria absoluta dos votos. Sendo assim, o poder não precisa ser compartilhado com coligações ou com partidos da oposição (BASTOS, 2004).

2.5.2 O sistema multipartidário

Também conhecido como pluripartidarismo, o sistema multipartidário é estabelecido quando há a presença de três ou mais partidos políticos no jogo eleitoral de um Estado (BONAVIDES, 2001).

Neste modelo de sistema, na maioria das vezes o partido vencedor obtém a maioria do Parlamento. Assim sendo, abre-se diversas negociações que tendenciam

a união de partidos de coligações diferentes para o exercício do poder (BASTOS, 2004).

Diferentemente do modelo bipartidário, cientistas políticos afirmam que esta é a forma mais democrática de governo, tendo em vista que no multipartidarismo há coligações com outros partidos que nem sempre são adeptos a mesma ideologia do partido vencedor. A composição heterogênea dos gabinetes estratégicos de um governo multipartidário reflete a mistura dos pensamentos da opinião pública (BONAVIDES, 2001).

Paradoxalmente a esta concepção de modelo democrático, há estudiosos que afirmam que a necessidade de coligações é ruim para um sistema de governo.

As coligações por muitas vezes estão atreladas a uma indesejável instabilidade partidária, já que foram formadas pelos próprios partidos e podem ser desfeitas a qualquer momento por eles próprios. Em um regime presidencialista, por exemplo, haveria o enfraquecimento do poder legislativo culminando em uma grave crise política estatal e, em um sistema de parlamentarismo, as coligações rompidas derrubariam rapidamente os governos (BONAVIDES, 2001).

Sendo assim, esta modalidade de representação partidária manifesta a disseminação dos partidos políticos, na qual algumas vertentes afirmam que o sistema torna-se mais democrático e por outro lado mais vulnerável em virtude das coligações na maioria das vezes serem feitas por partidos com filosofia partidária contrárias uma das outras (BASTOS, 2004).

2.5.3 O partido único

O unipartidarismo ou partido único, como a própria nomenclatura condena, é quando há a existência de apenas um partido político na corrida eleitoral de um determinado estado. Conveniente aos regimes totalitários como o fascismo e o nazismo, o unipartidarismo é considerado o alicerce das ditaduras, por isso, muito comum nos países do Oriente Médio e da África (OLIVEIRA; DUALIBE, 2010).

As ditaduras que se instalaram no século XX, usufruíram do partido único para concentrar o poder nas suas próprias mãos. A liberdade de escolha então restrita pela interdição ideológica, blindava o pluralismo político e ocultava o equilíbrio governamental do estado (BONAVIDES, 2001).

Tendo em vista a falta de alternativas em face do poder, o eleitor torna-se

figura secundária no momento da escolha do seu líder. Nesta modalidade de sistema, o partido se confunde com o poder e a sua ideologia torna-se regra diante de cidadãos que sentem-se órfãos de opções na hora de votar (OLIVEIRA; DUALIBE, 2010).

A concepção de partido único caminha na direção contrária aos princípios dos estados democráticos. Diferentemente do bipartidarismo e do pluripartidarismo, a eleição não tem a mesma relevância para o estado, ou seja, nessa modalidade, não há disputas eleitorais, tampouco partidos de oposição e conseqüentemente opiniões contrárias aos partidos da situação.

Discorrendo sobre a inconciliável relação entre o sistema de partido único com a Democracia, Duverger (1970 apud OLIVEIRA; DUALIBE, 2010, p.6980) é claro:

Os adversários do partido único corrigem esta descrição idealizada. Para eles, o partido constitui a variedade nova de um tipo sociológico muito antigo: a guarda pretoriana que permite a um tirano assentar a sua ditadura. Trata-se mais de criar uma classe privilegiada que de selecionar uma elite; classe privilegiada presa ao regime por favores especiais que frui: vantagens materiais, monopólio das funções administrativas, liberdade e poderes maiores que os outros cidadãos etc. De fato, a fidelidade ao ditador é o critério de entrada ou da manutenção do partido, muito mais que o valor pessoal ou as aptidões para o comando.

Ademais, no sistema de partido único, além da função política tornar-se irrefutável e totalmente dominante, os estados correm sérios riscos, como a estagnação e o conformismo integral da nação. De fato, um sistema de partido único pode até ser criado sob boas intenções, entretanto, corre-se o risco desse mecanismo se referir a algo que não seja nem partido e nem político (BONAVIDES, 2001).

2.6 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Investigações e reflexões acerca da complexa definição e temática das relações internacionais reúnem-se em torno de um gigantesco caminhar. Filósofos, cientistas políticos, sociólogos, juristas e pesquisadores, em diferentes estudos registram distintas definições sobre as relações internacionais (OLIVEIRA, 1999).

De fato, encontrar uma definição que exprima a magnitude das relações internacionais não é uma tarefa fácil. Qualquer concepção que seja adotada

inevitavelmente será alvo de contestações (GONÇALVES, 2012).

Os estudos em torno das relações internacionais envolvem o conhecimento dos acontecimentos, atores, fenômenos e processos que ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais (PECEQUILO, 2010).

Neste sentido, Nicholson (1998 apud GONÇALVES, 2012, p.5) contribui:

Amplamente, relações internacionais concerne a relacionamentos e interações que não podem ser observados exclusivamente no contexto de um Estado tal como a Inglaterra ou a China. Estritamente, relações internacionais estuda interações sociais em contextos onde não existe poder soberano para intrometer-se ou mediar e que está fora de qualquer jurisdição governamental.

O renomado autor americano Quincy Wright (1955 apud OLIVEIRA, 1999, p.29) acrescenta que as relações internacionais contribuem:

[...] para a compreensão, previsão, avaliação e controle das relações entre os Estados e das condições da comunidade mundial é ao mesmo tempo uma história, uma ciência, uma filosofia, e uma arte [...] a razão pela qual as relações internacionais assumiram a importância que se exprime na autonomia recente encontra-se na internacionalização dos problemas que é característica de nosso tempo, e vai provocando a erosão da jurisdição interna em termos de fazer desenvolver o referido modelo de comunidade.

Nessa esteira de definições, pode-se constatar uma série de conceitos que diferem uns dos outros. Todavia, é possível verificar que todas as concepções convergem sobre a ideia de que as relações internacionais envolvem numerosos atores que atuam em todo o mundo (GONÇALVES, 2012).

Colaborando com esta simbiose de definições, Bobbio (2008, p.1089) complementa:

A expressão Relações Internacionais indica, nos termos mais genéricos, o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos quer como comunidades; implica a distinção da esfera específica das Relações Internacionais da esfera das relações internas dos Estados. Tal distinção está, com efeito, associada, mesmo a nível do sentir comum, a ideia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais.

Direcionando a questão em termos genéricos, o sentido das Relações Internacionais está na análise da extensão qualitativa dos elementos diferenciadores entre os campos interno e externo das relações (OLIVEIRA, 1999).

A verdade é que o contexto das Relações Internacionais é complexo e rico em contradições. A inconstância do cenário internacional somado as ações humanas e suas omissões tornam este estudo cada vez mais atraente. Tão atraente que os estudos em torno das Relações Internacionais têm merecido destaques não só nos editores dos grandes centros, mas sim em países periféricos, latino-americanos, asiáticos e árabes (ROCHA, 2002).

A internacionalização dos Estados, a globalização, o jogo de cooperação entre os países e a ampliação dos mercados, são itens que despertam a atenção na população. Num passado não tão distante, as Relações Internacionais pertenciam quase que exclusivamente à diplomacia dos Estados. Hoje em dia, os assuntos internacionais estão corriqueiramente sendo debatidos entre os cidadãos. Num mundo interdependente e mutável, ressalta-se a necessidade da compreensão de um saber internacional, para que assim, sejamos orientados a viver nesse cenário que está cada vez mais desestruturado (SEITENFUS, 2004).

Nessa conjuntura estrutural e argumentativa sobre as Relações Internacionais, percebe-se que as discussões em torno das teorias estender-se-iam de forma quase que infinita. As unidades básicas de estudo, como os Estados, impérios, Estados-Nações, através dos tempos, enfrentaram crises e apresentaram profundos problemas e rupturas internas, afetando, em algumas vezes, até suas relações geográficas com outros Estados (OLIVEIRA, 1999).

Conforme já descrito, as Relações Internacionais estão ganhando cada vez mais espaço demonstrando sua vitalidade. A interdependência entre os povos, o surgimento de temas transversais e complexos, como os ataques de 11 de setembro e a Primavera Árabe, a manifestação de novos atores internacionais e a série de tratados internacionais que vigoram mundo a fora, dão sustentação para a rigidez das Relações Internacionais (SEITENFUS, 2004).

Desde os primórdios da humanidade as Relações Internacionais serviram de contato entre os povos socialmente organizados. No entanto, no que tange a disciplina acadêmica que leva o mesmo nome, esta emergiu somente em 1917 na universidade escocesa de Aberystwyth (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Nos seus prelúdios, a disciplina compilava diversas contribuições das ciências sociais, o desafio era identificar o alcance de oportunizar certa autonomia à matéria (SEITENFUS, 2004).

Contudo, é no período de lapso entre as duas guerras que a disciplina de

Relações Internacionais definitivamente conquistou seu espaço como ciência e como objeto *sui generis*, apresentando análises delimitadas correlacionando a realidade entre o Estado e o sistema internacional (OLIVEIRA, 1999).

As várias escolas teóricas sobre as Relações Internacionais basicamente dividem-se em dois grupos. De um lado prevalece a visão moralista e otimista do homem, cujos principais teóricos são Kant e Rousseau. Por outro lado estão os realistas e ditos pessimistas que alegavam que os homens eram animais selvagens, e que precisavam de um poderoso freio representado pela força da ordem para poder reorganizar a sociedade como um todo. Nessa abordagem, os maiores ícones eram Maquiavel e Hobbes (SEITENFUS, 2004).

É por meio dessas inspirações que múltiplas orientações despontam nas Relações Internacionais. Dentre as principais destacam-se o Realismo, o Liberalismo e o Marxismo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Devido a temática da pesquisa e respeitando a limitação de páginas que fora imposta, não será aprofundado os conceitos das teorias supracitadas. As ideologias serão ilustradas no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - As três correntes clássicas: realismo, liberalismo e marxismo

	Realismo	Liberalismo	Marxismo
Atores	O Estado	Estado, Organizações Internacionais e Empresas Multinacionais.	Classes Sociais, Estados e Empresas Multinacionais.
Interesse dominante dos atores	Poder, sobrevivência ou dominação	Variável, dependendo do ator e das circunstâncias	Acumulação (burguesia), revolução/luta anti-imperialista
Nível de análise	Estado e/ou sistema	Sociedade doméstica/sociedade internacional	Sistêmico
Dinâmica	Conflito	Cooperação e conflito	Exploração
Lógica de produção do ordenamento	Balança de poder	Institucionalização	Exploração
Temas mais importantes	Guerra	Economia	Estratégias de acumulação do capitalismo

Fonte: Adaptado de Nogueira e Messari, 2005, p.233.

Conhecer as principais correntes do pensamento da teoria das Relações Internacionais é de suma importância para o entendimento do funcionamento do sistema internacional. As referidas correntes teóricas objetivam formular conceitos que permitam a compreensão da política mundial no passado e na conjuntura contemporânea. Por isso, as teorias das Relações Internacionais complementam a disciplina acadêmica, ou seja, a primeira engloba todas as especificidades do sistema e a segunda agrupa os estudos e reúne pesquisadores dedicados aos assuntos das Relações Internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Os profissionais em Relações Internacionais são responsáveis por comandar as relações entre povos, nações e empresas, nos campos da política, economia, social e comercial. Além disso, este profissional está apto a participar de programas de interação com outros países, propondo acordos diretamente com os representantes de cada Estado. Embaixadas, ministérios, consulados e organizações não governamentais são instituições que necessitam destes especialistas.

2.6.1 As relações internacionais e o Oriente Médio

As Relações Internacionais do Oriente Médio têm sido envolvidas por incertezas, conflitos, ditaduras e opressão. Intervenção internacional, guerras entre os Estados e conflitos étnicos são agravados principalmente pela instabilidade econômica e política da região, muitas vezes ocasionadas em virtude do aumento do preço do petróleo e pelas reivindicações dos movimentos nacionalistas e religiosos (HALLIDAY, 2005).

É no mundo muçulmano que as Relações Internacionais detectam o maior grau de participação em incidência de violência entre as pessoas. Desde a Segunda Guerra Mundial, a divisão entre Índia e Paquistão, a crise do canal de Suez no Egito, a revolução iraniana, as crises do petróleo, a Guerra Civil no Líbano, o conflito Irã-Iraque, a Guerra do Golfo, os atentados de 11 de setembro, a invasão dos Estados Unidos ao Iraque e as manifestações da Primavera Árabe são alguns fatos que ilustram o histórico de conflitos na região em questão (DEMANT, 2004).

A Primeira Guerra Mundial foi determinante no que tange a segmentação do mapa do Oriente Médio. A partir do real desenvolvimento dos Estados Unidos, iniciou-se um processo de estabelecimento de identidade nacional, ou seja,

baseando-se em direitos históricos, os Estados exigiam partes de alguns territórios. Na época, o Egito, por exemplo, exigia parte do que hoje é a Síria, Líbano Kuwait e Arábia Saudita (MAMEDE, 2010).

Além disso, neste mesmo contexto, os Estados iniciaram um processo de mudanças culturais e ideológicas, relacionado à consolidação dos seus poderes promovendo um determinado tipo de secularização. Esse processo mais tarde foi traduzido na forma do Islamismo Fundamentalista, assim, desafiava-se o poder secular dos Estados (MAMEDE, 2010).

O fato é que no período que compreende os séculos VIII e XII, a civilização islâmica transbordava prosperidade e progresso social. As cidades de Alexandria e Constantinopla poderiam ser comparadas à Nova Iorque e Londres do século XXI. Assim, por séculos, muçulmanos, judeus e cristãos uniram-se e compartilhavam interesses econômicos, aumentando o poder aquisitivo da região de forma significativa (DEMANT, 2004).

O declínio coincidiu com o fortalecimento político das correntes mais radicais da região. Entretanto, foi com a desestruturação do Império Otomano no final da Primeira Guerra Mundial que o Oriente Médio de fato entrou em colapso (DEMANT, 2004).

Em meados do século XX, a bipolarização do cenário internacional acelerou o processo de descolonização do terceiro mundo, antecipando a independência dos países do Oriente Médio. Na maioria desses processos de independência, os colonizadores deixavam o poder nas mãos de clãs que garantiriam livre acesso as riquezas naturais dos respectivos países. Todavia, com o apoio do Ocidente, a maioria dos regimes dos países muçulmanos manipulava o cunho nacionalista para concretizar de vez o seu poder. Nesse contexto, surgiram regimes déspotas, clientelistas e pouco transparentes que perduram até os dias de hoje (DEMANT, 2004).

Pela explícita vontade de integrar a geopolítica na década de 60 e 70, países como o Egito, Arábia Saudita e Marrocos uniram-se ao bloco capitalista, outros criaram laços com o regime de Moscou, como a Líbia, Iraque e Argélia. Independentemente da aliança, nota-se que a maioria dos governos do mundo muçulmano virou as costas para a democracia, instaurou governos opressores e criou sistemas econômicos condenados pelas relações internacionais (DEMANT, 2004).

Outra força transnacional contemplada nas Relações Internacionais que influencia os acontecimentos políticos do Oriente Médio é o islamismo. Os movimentos islâmicos são aqueles que desafiam o Estado e ultrapassam as barreiras nacionais. A violência política atrelada ao islamismo, mais conhecida como terrorismo, é provavelmente a força que mais distancia o Oriente Médio do mundo Ocidental, característica ímpar desta área tão importante na geografia mundial (MAMEDE, 2010).

Dando um salto até 1991, a Grande Crise do Oriente Médio e do Oeste Asiático, que predominou no referido ano, foi uma das razões que impulsionaram mais conflitos na região. A guerra, na forma de produto das relações dentro e fora dos Estados e as mudanças globais ocasionadas pelo fim da bipolaridade do mundo com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foram incapazes de conter sua dinâmica de funcionamento (MAMEDE, 2010).

Assim, as relações internacionais do Oriente Médio e a sua política internacional devem ser analisadas sob a ótica dos termos da interação das estruturas globais de poder dos Estados regionais e dos atores não estatais. Para a compreensão da política adotada pelos países do Oriente Médio, é necessário analisar além das diferenças sociais e políticas, a interação entre suas populações e a relação que essas possuem com os Estados (MAMEDE, 2010).

Com isso, o Oriente Médio moderno foi associado e moldado a partir dos desdobramentos da política internacional e do contexto estratégico vivenciado em cada momento histórico. O resultado da história dessa integração diferenciada foi o de criar uma região ligada intrinsecamente com o restante do mundo, entretanto caracterizada por seus problemas de falta de transparência e violência interna, adotando práticas condenadas e muito distintas do mundo ocidental (MAMEDE, 2010).

Finalmente, embora o passado seja primordial para a compreensão do contexto social, político e econômico de uma região, ele por si só não consegue explicar o presente. O desafio das Relações Internacionais é analisar e remeter-se ao passado para confirmar o impacto que ele tem no presente, e não afirmar que este é sempre o caso, com a história sempre dando voltas e quase nunca mudando o contexto de um país (MAMEDE, 2010).

3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Nessa seção serão analisados os pontos abordados nos objetivos específicos da presente pesquisa.

3.1 A PRIMAVERA ÁRABE

Em 5 de janeiro de 1968 a antiga Tchecoslováquia vivenciou a Primavera de Praga, nesse mesmo ano, o mundo resolveu rever ideologias políticas e comportamentos civis. Movimentos populares saem as ruas de países como França, Espanha e Estados Unidos questionando a falta de transparência e a forma de como o Estado estava sendo coordenado (COSTA, 2011).

Percorridos 43 anos, não mais havendo uma divisão ideológica do mundo, os problemas econômicos, sociais e de transparência política atravessam o mar Mediterrâneo e atacam no Norte da África e no Oriente Médio. A população dessas regiões implora por liberdade, quem sabe talvez, ouvindo ecos dos manifestantes de 1968 (COSTA, 2011).

Em 26 de dezembro de 2010, o jovem tunisiano Mohamed Bouazizi foi abordado por um grupo de policiais em seu país e, ao recusar-se a entregar seus documentos, foi covardemente espancado. Revoltado com a atitude dos policiais, o jovem dirigiu-se à sede do governo e ateou fogo ao próprio corpo (SANTANA; COSTA, 2012).

Tal ato foi considerado o estopim para o início de uma série de protestos populares contra a ditadura existente na Tunísia e, logo se espalhou pelos países vizinhos pedindo a renúncia de seus ditadores e conseqüentemente uma política mais transparente e democrática para toda a população (SANTANA; COSTA, 2012).

O mundo não só se espantou com a demonstração de insatisfação dos árabes em relação a seus governos, mas com a magnitude que essas manifestações atingiram a sua população jovem. Em países como o Egito, Líbia e Iêmen a violência foi praticada assombrosamente despertando ainda mais a atenção da sociedade internacional (SANTANA; COSTA, 2012).

A partir desse contexto, fazendo-se uma alusão à Primavera de Praga, nasce a chamada Primavera Árabe, quando as sociedades do norte da África e do Oriente Médio resolvem questionar o *status quo* e manifestar-se contra a forma de regime de

governo até então adotada pelos seus respectivos ditadores (VITALINO, 2012).

Contribuindo com a conceituação de Primavera Árabe, o jornalista e político, vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 2010, Mario Vargas Llosa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011 apud COSTA, 2011, p.22) destaca:

O movimento popular que sacudiu países como a Tunísia, Egito e Iêmen e cujas réplicas chegaram a Argélia, Marrocos e Jordânia é o mais completo desmentido de quem, como Thomas Carlyle, acredita que a 'A história do mundo é a biografia dos grandes homens'. Nenhum caudilho, grupo ou partido político pode se atribuir esse levante social sísmico.

Para muitos estudiosos, a Primavera Árabe foi considerada uma “revolução 2.0”, devido à constante utilização de redes sociais para disseminar para o restante do mundo, em tempo real, a organização dos protestos e os conflitos com a polícia local (SANTANA; COSTA, 2012).

Essas manifestações públicas podem ser traduzidas por aquilo que Samuel Huntington chamou de Ressurgimento Islâmico. Segundo ele, trata-se de um esforço para encontrar a solução nas ideologias do Islamismo e não no mundo ocidental, aceitando a modernidade e o reengajamento do Islã como um guia cultural, religioso, político e social para o mundo contemporâneo (SANTANA; COSTA, 2012).

Dessa forma, o fator crucial que desencadearia todo o processo revolucionário, nos países árabes, seria a extrema repressão sofrida pela população, que fez com que jovens desacreditados com a política local seguissem seu espírito contestador, tendo em vista a falta de opções internas para apoiar (COSTA, 2011).

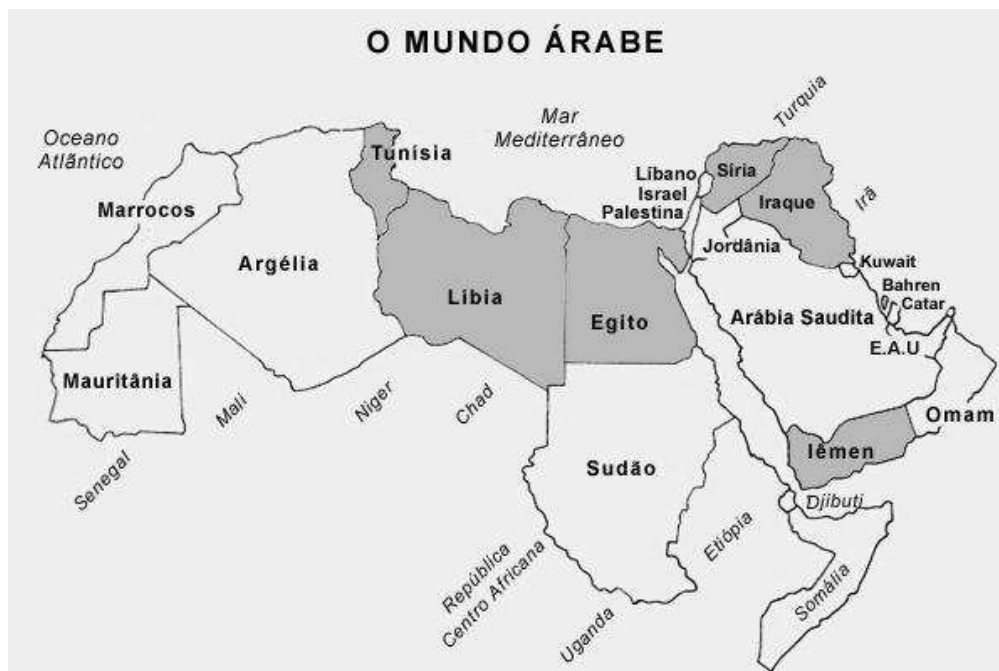
Se o ano de 1968 passou longe do mundo árabe, o período compreendido entre os anos de 2010 e 2012 faz florescer a nova Primavera do mundo moderno (COSTA, 2011).

3.1.1 As manifestações e os protestos populares no Egito

Conforme dito anteriormente, o mundo árabe desencadeou uma série de manifestações e protestos populares desde o final de 2010 e início de 2011 que mundialmente ficaram conhecidas como Primavera Árabe. Os países que contemplam este período são: Tunísia com Zine al Abidine bem Ali; Egito, desde Gamal Abdel Nasser, seguido de Anwar al Sadat até Hosni Mubarak; Líbia com Muammar Kadhafi; Síria com Bashar al-Assad; Iêmen com Abdullah Saleh, dentre

outros. Cada um destes países possui peculiaridades econômicas, sociais e políticas, no entanto, com motivos parecidos para se revoltarem, a busca por democracia e melhores condições de vida (VITALINO, 2012).

Figura 1 - Geografia da Primavera Árabe



Fonte: Costa, 2011, p.18.

No que tange a República Árabe do Egito, não se tem conhecimento de um grande líder no processo de transformação política daquele país, a sociedade civil como um todo estava na liderança. Então a Primavera Árabe no Egito pode ser interpretada como uma revolução popular que todos compartilham do mesmo sentimento de revolta que saíram organizadamente às ruas para protestar, sem a necessidade de um líder, tampouco objetivos definidos (VITALINO, 2012).

No Egito, a sociedade civil se mobilizou por meio dos meios de comunicação e fez eclodir protestos populares contra o governo opressor de Hosni Mubarak. Essa mobilização pode ser compreendida como a busca por inclusão e maior transparência no próprio sistema político do país, já que durante décadas os egípcios não tinham voz ativa e eram esquecidos pelos seus representantes. Além disso, os manifestantes também lutavam por melhores condições de vida, aumento do número de empregos, salários compatíveis com a jornada de trabalho, menor desigualdade social e aumento da qualidade de vida no país (VITALINO, 2012).

A população jovem é o coração das revoltas egípcias na Primavera Árabe. Na

maioria deles, são pessoas sem nenhuma perspectiva de crescimento, com salários pífios e com carga horária de trabalho incompatível com o salário atribuído. Essa massa da população acampou na Praça Tahrir no Cairo, e enfrentou sem medo as ameaças do exército do governo. Seis dias após o início das manifestações populares, o número de manifestantes na Praça Tahir aumentou de 15 mil para aproximadamente 1 milhão de pessoas (VITALINO, 2012).

A Praça Tahir era o palco das manifestações egípcias, de lá, muitas vezes em tempo real, as manifestações eram transmitidas nos meios de comunicação. Constavam, nesses noticiários, discursos de jovens manifestantes que estavam realmente engajados e concentrados na ideia de transformação política e justiça social no país. Ademais, os noticiários não mostravam recuo da violência por parte dos policiais e membros da junta militar no combate aos manifestantes, tampouco os jovens manifestantes demonstravam a intenção de ceder, até que houvesse concretas mudanças no regime de governo (VITALINO, 2012).

Os protestos populares no Egito ocasionaram impactos profundos em todo o sistema internacional. O Egito possui uma população estimada em 83 milhões de habitantes e ocupa uma estratégica posição geopolítica, pois liga dois oceanos via canal de Suez, dois continentes (África e Ásia) e é fronteiro com Israel e Faixa de Gaza. A série de manifestações populares ocorrida em 2011, no Egito, diretamente afetou todo o mundo árabe além de implicar alterações nas relações das forças regionais entre os países vizinhos (VISENTINI, 2011).

Como resultado, os 18 dias de manifestações e de protestos populares na República Árabe do Egito conseguiram acabar com 30 anos de opressão no país. O presidente Hosni Mubarak se viu em uma encruzilhada e, sem contar com o apoio dos militares, renunciou ao cargo em 11 de fevereiro de 2011, após sangrentos confrontos com milhares de manifestantes que não se acalmavam até que seus objetivos fossem alcançados.

A renúncia de Hosni Mubarak é fruto não somente da pressão popular, mas também da pressão norte-americana e das forças armadas egípcias, motivadas por razões distintas. A multidão que lotava a Praça Tahir não almejava apenas a saída do ditador que comandou o país por três décadas, mas também do regime autoritário que assombrava toda a população do país que estava cansada de viver sob tamanha tirania. Já os Estados Unidos, queriam um novo governo que atendesse as necessidades dos egípcios e não comprometesse a estabilidade da

região árabe (VISENTINI, 2011).

No dia 2 de junho de 2012, o então ex-presidente Hosni Mubarak é condenado à prisão perpétua, autuado por crimes de violações aos direitos humanos, torturas e detenções arbitrárias, além de ser responsabilizado pela morte de 850 manifestantes no período que compreende a Primavera Árabe no Egito (MUNDO ÁRABE, 2012).

No Quadro 2 apresenta-se a cronologia dos 18 dias de protestos populares no Egito que no período de 25 de janeiro à 11 de fevereiro destituiu Hosni Mubarak da presidência do país.

Quadro 2 - 18 dias que mudaram o Egito

Dia	Acontecimentos
1º dia	Os primeiros movimentos revolucionários são vistos na Praça Tahir. Com 5 mil pessoas protestando, a capital Cairo começa a entrar em um colapso revolucionário
2º dia	Em contrapartida destas manifestações, o governo egípcio restringe a utilização da internet e restringe as comunicações via telefone em todo o país
4º dia	Após quatro dias de protestos e 25 mortes, Mubarak faz sua primeira aparição na TV, alegando o seu compromisso com a democracia. Mubarak reconhece as falhas do Estado Egípcio, mas se recusa a renunciar
5º dia	A TV Al Jazeera é condenada a parar de transmitir os protestos na Praça Tahir. No dia anterior, 2 jornalistas britânicos foram assassinados por manifestantes
7º dia	O exército do país deu uma declaração apoiando o povo e suas reivindicações
8º dia	Mubarak declara que não irá participar das próximas eleições presidenciais, mas vai supervisionar a transição de poder
9º dia	Mubarak envia policiais à paisana e criminosos infiltrados para limpar a Praça Tahir. Manifestantes se enfrentam com a polícia e com grupos simpatizantes ao governo, transformando a Praça Tahir em um campo de batalha. Foi considerado o dia mais sangrento da Primavera Árabe no Egito. Neste dia, aproximadamente 100 pessoas foram mortas
14º dia	Mubarak não retirou o povo da Praça Tahir. O número de manifestantes ocupando a Praça ultrapassa a impressionante marca de 1 milhão de pessoas
17º dia	Há rumores que Mubarak renunciaria o cargo. As 22:45 Mubarak começa seu pronunciamento e ao contrário do que todos imaginaram, não informa nada sobre sua renuncia
18º dia	Após o pronunciamento de Mubarak, manifestantes migram-se da Praça Tahir e marcham à Sede da TV Estatal que também é comandada por Mubarak para exigir a renuncia do ditador. Horas depois, o vice-presidente Omar Suleiman faz um anúncio surpresa na TV informando o povo egípcio que Hosni Mubarak renunciava ao cargo de Presidente da República Árabe do Egito

Fonte: Adaptado de The Huffington Post, 2011.

3.2 SISTEMA POLÍTICO EGÍPCIO

Nessa subseção será analisado o sistema político egípcio vigente até a queda de Hosni Mubarak, ou seja, será abordado o período anterior às eleições presidenciais de 2012 que elegeram o candidato da Irmandade Muçulmana Mohamed Morsi.

Em 1882, o Egito foi ocupado pela Grã-Bretanha, que oficialmente colonizou o país por 70 anos. A independência egípcia ocorreu em 1952, no entanto, na prática tal independência não existia. Desde 1981 o povo egípcio vive sob uma Lei de Emergência e um regime ditatorial, mecanismos do governo Mubarak para limitar a liberdade garantida pela Constituição acarretando a insatisfação daquele povo em se viver em um Estado aparentemente democrático (HABIB, 2011).

Além de perderem os direitos políticos, os egípcios estavam condenados a uma profunda exclusão social, com 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, com serviços de saúde, educação saneamento e habitação prejudicados, sem contar a carência de empregos que estagnava a economia do país a cada dia (HABIB, 2011).

No entanto, as irregularidades do governo egípcio eram praticadas desde a queda da Monarquia em 1952. Por isso, para a compreensão das revoltas egípcias que reuniram em um só dia milhões de pessoas, na praça Tahir, ecoando o grito “Basta, vá embora Mubarak”, se faz necessário o resgate do histórico político contemporâneo da República Árabe do Egito (HABIB, 2011).

3.2.1 Instituições e regulamentações políticas no Egito

A República Árabe do Egito tem traços de Estados centralizados e unitários. Os governos das províncias locais não apresentam autonomia por estarem ligados ao governo central, por isso, dependem administrativa e financeiramente desses órgãos. Desta forma, a função dos governantes das províncias limita-se a acatarem as sugestões do centro do poder (HADDOD, 2007).

De acordo com a Constituição Federal de 1971, o Egito é uma república presidencialista, entretanto, possui resquícios de um sistema parlamentarista, já que existem as figuras do Presidente e do Primeiro Ministro. Diferentemente do mundo ocidental e do sistema parlamentarista tradicional, no Egito o presidente eleito pelo

povo exerce uma função, além da singela representação (HADDOD, 2007).

No sistema político egípcio, os ministros são considerados meros assessores do Presidente da República. Constata-se que nesse sistema há dois executivos, o simbólico representado pelo Primeiro-Ministro e o real figurado pelo Presidente da República. Sendo assim, o Presidente do Egito é o chefe do Estado e do Governo (HADDOD, 2007).

Conforme dito anteriormente, o Presidente da República Árabe do Egito é o chefe do executivo, assim, nomeia todos os ministros, vice-presidentes e pode criar referendos convocando o povo para votação. Ademais, a Constituição da República lhe assegura o direito de expedir decretos além de ser permitida sua reeleição ilimitadamente. Para a sua escolha, se faz necessário a aprovação de um terço da Assembleia e a aprovação de dois terços do eleitorado que é convocado por meio de um referendo, para um mandato de seis anos (HADDOD, 2007).

O poder Legislativo egípcio é composto por duas casas: a Assembleia Nacional e a Assembleia Consultiva. Na Assembleia Nacional, dos 454 membros, 444 são eleitos pelo povo e apenas 10 são nomeados pelo governo. Nessas condições, o voto é obrigatório para homens maiores de 18 anos e facultativo para as mulheres. A principal função dessa Assembleia é aprovar as políticas do Estado e a elaboração de leis e dos planos de desenvolvimento. Já a Assembleia Consultiva é composta por 264 membros dos quais 176 são eleitos pela população e 88 são nomeados pelo governo. Sua principal função é regulamentar as leis do governo (HADDOD, 2007).

O poder Judiciário egípcio está representado por três órgãos: Supremo Tribunal Constitucional, Tribunal de Recursos e Conselho do Estado. Ambas instituições tem por função prolatar decisões sobre a constitucionalidade das leis e auxiliar soluções às divergências administrativas que surgem no campo jurisdicional. Pode-se destacar como as principais fontes do direito egípcio: O Código de Napoleão, a Lei Islâmica e a Lei Inglesa (HADDOD, 2007).

3.2.2 Principais partidos políticos do Egito

O sistema político do Egito é caracterizado pela supremacia do Partido Democrático Nacional (PDN) que até 2011 era presidido por Hosni Mubarak. Tal partido domina o cenário político egípcio desde a sua fundação em 1977 pelo então

presidente Anwar Sadat (HADDOD, 2007).

Nessa subseção serão abordados os principais aspectos e ideologias dos partidos políticos mais representativos na República Árabe do Egito, quais sejam: Partido Democrático Nacional (PDN), Irmandade Muçulmana e o Movimento Egípcio por Mudança (Kefaya).

3.2.2.1 Partido democrático nacional (PDN)

Anteriormente ao contexto da Primavera Árabe, apesar de ser considerado o maior partido político do Egito, o Partido Democrático Nacional (PDN) estava vivenciando um período de crises. Classificado como um partido de centro, o PDN foi criado em 1978 pelo ex-presidente Anwar Sadat e ganhou força na década de 80 ao firmar aliança com burocratas, oficiais da polícia, empresários e proprietários de terras que tinham poderes sobre suas províncias (HADDOD, 2007).

A ideologia do PDN assemelha-se ao PMDB no Brasil, ele fica no ponto intermediário entre o socialismo e o capitalismo, sendo que tal equilíbrio oscilava com o decorrer do tempo e com os interesses do governo (HADDOD, 2007).

O PDN carece de uma ideologia partidária. Na verdade, o partido servia como um anexo do governo e não como uma força política no país, entretanto, exercia funções de grande utilidade tanto para o regime da época de Mubarak como para seus filiados (HADDOD, 2007).

Além da falta de ideologia partidária, o PDN sofria com a falta de capacidade de mobilização entre seus componentes. O partido era tido como um elo organizacional entre o regime e os ricos empresários aos quais elegiam seus representantes pela troca de favores que lhes eram concedidas (HADDOD, 2007).

Ressalta-se que sob a ótica da Primavera Árabe, uma das reivindicações da população egípcia era a dissolução do PDN, já que o ex-presidente Hosni Mubarak e seus dois filhos, ministros do governo, eram pertencentes ao partido. Além disso, várias figuras impopulares pelos egípcios atuavam como personagens importantes do partido (BBC BRASIL, 2012a).

A população foi atendida, a ordem da Corte Suprema Administrativa do Egito decretou que o antigo partido de Mubarak fosse extinto, fazendo com que os principais líderes pertencentes ao PDN renunciassem aos seus cargos, dando rigidez às manifestações que lutavam por um Egito mais democrático e menos

desigual (BBC BRASIL, 2012a).

3.2.2.2 Irmandade muçulmana

No início da década de 20 as tradições do Islã eram fortemente atacadas pelas tropas britânicas no Egito. Hassan Al-Banna², um professor egípcio percebera uma forte presença de britânicos na região do canal de Suez que estariam interessados em controlar a economia local e as empresas estatais. A discrepância entre os estabelecimentos luxuosos dos ingleses e as casas miseráveis dos egípcios era evidente, e o professor Al-Banna deduziu que algo deveria ser feito (METZGER, 2008).

A ideologia do Estado egípcio pós-independência não dava importância ao Islã, fortalecendo outras correntes. Somando-se as pequenas presenças de fiéis nas mesquitas e uma população carente de identidade religiosa, em 1928 Hassan Al-Banna e um pequeno grupo de amigos fundava a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, cujo objetivo inicial era a propagação da fé islâmica e a educação dos respectivos fiéis (METZGER, 2008).

Os valores da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos que em seguida passaria a se chamar Irmandade Muçulmana baseavam-se em seis ideais conforme Armstrong (2001 apud METZGER, 2008, p.76):

- Interpretação do Alcorão no espírito da época
- Unidade das nações islâmicas
- Melhoria do padrão de vida e conquista de justiça e ordem social
- Combate ao analfabetismo e à pobreza
- Emancipação do domínio estrangeiro
- Promoção da paz e da fraternidade islâmicas do mundo

Em 1943 a Irmandade Muçulmana já constituía um movimento muçulmano de cunho religioso utilizando técnicas da modernidade. Já em 1945, o professor Al-Banna expandira a ideologia da instituição além dos valores religiosos, segmentando-a para programas sociais em escolas, mesquitas, hospitais e para a

²Segundo Leal (2012, p.229) “Hassan Al-Banna nasceu no seio de uma família de artesãos em 1906 na pequena cidade de Mahmudiya no Egito. [...] Al-Banna foi criado dentro dos princípios do Islão e com 12 anos fundou uma organização designada Sociedade para o Comportamento Moral. Terminou sua formação para professor no Cairo na Escola Literária e Religiosa Moderna. Fundador da Irmandade Muçulmana, orador, pregador e escritor eloquente, em 1948 Al-Banna foi acusado de ter fomentado o assassinato do Primeiro-Ministro do Egito Nuqrashi Pasha. Como forma de retaliação, Al-Banna é assassinado pela polícia secreta egípcia em 1949”.

classe operária. Desta forma, eram realizadas reuniões que esclareciam e orientavam os trabalhadores sobre seus direitos, visando melhorar as condições de vida desta classe que era altamente explorada pelo Estado (METZGER, 2008).

Nesse contexto Hassan Al-Banna (apud LEAL, 2012, p.1) era enfático: “Precisamos de três gerações para os nossos planos – uma para ouvir, uma para lutar e outra para ganhar”.

Como qualquer outro movimento político muçulmano, a Irmandade Muçulmana era uma instituição que visava direcionar os ensinamentos do Islamismo. A partir da metade da década de 40, a instituição ganhava força em virtude da catequização principalmente das populações de baixa renda que se sentiam esquecidas pelo governo. Com o passar do tempo, o movimento contou com uma grande adesão e rapidamente foi disseminado para outros países chegando a ter mais de 60 subgrupos dissidentes da Irmandade matriz. Atualmente, sabe-se que a Irmandade Muçulmana é uma das mais influentes forças políticas no mundo árabe (METZGER, 2008).

Com o crescimento do grupo, a instituição foi ganhando força e visibilidade no Oriente Médio. A intervenção nas atividades do governo era constante e no ano de 1948 os oficiais egípcios tiveram seu primeiro contato com a Irmandade Muçulmana, após “os irmãos” acusarem o governo egípcio de passividade na Guerra contra as organizações Sionistas que defendiam a autodeterminação do povo Judeu. Após as críticas à postura do governo, iniciaram uma série de ataques de cunho político nas cidades de Cairo e Alexandria ocasionando o assassinato do então Primeiro-Ministro egípcio Mahmud Fahmi Nokrashi. Imediatamente, o governo do Egito condenou o ato e em dezembro de 1948 baniu a Irmandade Muçulmana impossibilitando-a de praticar suas atividades e ideologias (LEAL, 2012).

Com o assassinato do seu fundador Hassan Al-Banna em 1949, a Irmandade Muçulmana sofreu uma enorme ruptura interna ocasionada principalmente pela ambiguidade de interpretação dos textos do Alcorão e pelo questionamento do real papel social da instituição no perímetro árabe. De fato, tendo em vista que muitas lideranças egípcias foram alvos de atentados de autoria da Irmandade Muçulmana, entre eles o presidente Al-Sadat, morto em 1981, a instituição ficou rotulada como uma organização terrorista que praticava constantes atos de violência (LEAL, 2012).

No período compreendido entre a década de 50 até a conjuntura da Primavera Árabe, a Irmandade Muçulmana foi perseguida pelo governo egípcio,

tendo vários dissidentes presos, torturados e assassinados. Oficialmente ilegal, a instituição era tolerada até certo nível, não tendo autorização para reunir-se publicamente e distribuir literatura com os ensinamentos do Alcorão (HADDOD, 2007).

Há algum tempo, os candidatos filiados à Irmandade surgem como independentes nas eleições locais, com expressivo número de votos que vem crescendo gradativamente desde 1984, apesar das manobras do Estado que impossibilitam a candidatura de membros filiados a organizações de cunho religioso. Em 2005, mesmo com as táticas do governo para intimidar o eleitor, seja bloqueando o acesso às urnas ou prendendo cidadãos simpatizantes à Irmandade Muçulmana, a referida instituição atingiu a inédita marca de 88 cadeiras no parlamento egípcio (HADDOD, 2007).

Diante do exposto e conforme descrito no início desta seção, o contexto político analisado compreende o período do presidente Gamal Abdel Nasser (1954–1970) passando pelo presidente Mohamed Anwar Al-Sadat (1970-1981) chegando ao então presidente deposto pelas manifestações da Primavera Árabe Hosni Mubarak (1981-2011).

A Irmandade Muçulmana banida até então, venceu em 2012 as primeiras eleições livres do Egito. O candidato Mohamed Morsi, engenheiro formado nos Estados Unidos e que já fora preso no regime de Mubarak, torna-se presidente da República com 51,7% dos votos derrotando o opositor e ex Primeiro-Ministro da era Mubarak o brigadeiro da reserva e ex- general Ahmed Shafiq. Ao tomar posse, o presidente eleito prometeu respeitar todos os tratados internacionais do país, destacando o tratado assinado com Israel em 1979, no qual dependerá da ajuda dos Estados Unidos (REUTERS BRASIL, 2012).

3.2.2.3 Movimento egípcio por mudança (Kefaya)

Kefaya é o nome oficial do Movimento Egípcio por Mudança e no dialeto local significa basta, é o suficiente ou não aguentamos mais (HADDOD, 2007).

Criado em dezembro de 2004, o movimento Kefaya não se trata de um partido político e sim de um movimento social originado pelo descontentamento principalmente da classe média egípcia ante os abusos do governo do país. Entre os principais pontos questionados pelo movimento estavam o desejo de Mubarak em

iniciar um inédito quinto mandato de seis anos e de sua notória vontade de fazer o seu filho Gamal, o seu sucessor na presidência do país (JOFFÉ, 2011).

As forças que davam sustentação ao movimento Kefaya eram originárias de várias direções intelectuais e profissionais, pequenos partidos de oposição e de diferentes movimentos populacionais que tinham em comum o descontentamento com o regime atual (JOFFÉ, 2011).

Após a formalização de um documento contendo mais de 300 assinaturas de importantes intelectuais egípcios, os integrantes do Kefaya concordam em reivindicar mudanças significativas no país, incluindo o fim da corrupção, maior liberdade de expressão e um sistema político justo (EGYPT INDEPENDENT, 2012).

Para o Movimento Egípcio por Mudança, a reforma política pleiteada será alcançada por meio da alternância transparente do poder em todos os níveis, ou seja, o grupo almeja a independência do poder judiciário, a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, o combate ao monopólio de riquezas e a recuperação do papel do Egito como líder regional Árabe, perdido para Israel em 1977 na celebração do acordo de paz (HADDOD, 2007).

Além disso, dentre as diretrizes deste movimento, estão a reivindicação para o fim ao monopólio do partido dominante, a abolição ao estado de emergência que restringe a saída das pessoas comuns de suas casas, uma reforma da constituição na qual permita disputas legais para cargos públicos, que a permanência do presidente não ultrapasse dois mandatos e que todas as eleições do país, independentemente do poder e da hierarquia, sejam fiscalizadas e supervisionadas pela Supervisão do Conselho do Supremo Judicial e pela Comunidade Internacional (HADDOD, 2007).

O movimento Kefaya assim como os demais movimentos sociais de cunho político do mundo árabe, são desafios coletivos às autoridades locais, que almejam objetivos comuns. Tal fato ocorre especialmente em sociedades em transição e são facilitadas pelo envolvimento político que estas transições causam na população (JOFFÉ, 2011).

Neste enredo Tarrow (1998 apud JOFFÉ, 2011, p.96) propôs:

As políticas de contestação emergem como respostas a alterações nas oportunidades e nas restrições políticas. [...] Aproveitando estas oportunidades, e utilizando repertórios de ação conhecido, as pessoas com recursos limitados podem agir através da contestação. [...] Nesses casos, estamos na presença de um movimento social, quando a

contestação se espalha por uma sociedade, como por vezes acontece, assistimos a um ciclo de contestação; e quando esse ciclo se organiza em torno de soberanias múltiplas ou opostas, o resultado é a revolução.

Embora não tenha os mesmos recursos econômicos e a mesma tradição da Irmandade Muçulmana, o movimento Kefaya demonstrou que foi possível reunir uma oposição efetiva e pacífica a favor da transformação política do Egito. No contexto da Primavera Árabe, o grupo era um dos maiores que estavam presentes nas manifestações da Praça Tahir no Cairo (JOFFÉ, 2011).

Com a queda de Hosni Mubarak e a não efetivação de seu filho Gamal como sucessor à presidência, os objetivos do Movimento Egípcio por Mudança foram alcançados. Com isso, o papel do movimento conseqüentemente terminou, dando mais esperança para aquele país que viveu 30 anos sob as leis de um governo opressor (EGYPT INDEPENDENT, 2012).

3.2.3 Principais alterações políticas e constitucionais no período pós-Mubarak

Certas conjunturas políticas, de tão enraizadas, parecem ser eternas, provocando uma espécie de acomodação, até mesmo uma inércia intelectual para confrontá-las em suas contradições. Essa lógica se confirma ao nos depararmos com a precariedade dos regimes políticos do mundo árabe que, apoiados por aparatos militares, indiretamente revelam a fraqueza e a debilidade das relações entre Estado e sociedade (MUNDORAMA, 2011).

No período que compreende os anos de 1981 até início de 2011, o Egito fora governado por Hosni Mubarak. Sob uma ótica de leis ilegais e regras eleitorais duvidosas, foi eleito quatro vezes e manteve-se no poder por três décadas. Conforme já mencionado na presente pesquisa, após 18 dias de manifestações, Mubarak é forçado a sair do governo alimentando as esperanças dos egípcios de instalação de um regime democrático no país (VITALINO, 2012).

Com a queda de Mubarak, o regime de transição ficou sob o comando das Forças Armadas, estando o marechal Mohamed Hussein Tantawi à frente. O Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito anunciou em novembro de 2011 que as inéditas eleições democráticas presidenciais ocorreriam em maio e junho de 2012, tendo em vista que o exército egípcio não queria permanecer no poder e queria que o desejo da população egípcia fosse atendido o mais breve possível

(VITALINO, 2012).

De fato, a Comissão Suprema Eleitoral divulgou que dentre os principais blocos concorrentes ao pleito de presidente estavam a Aliança Democrática, diretamente ligada a Irmandade Muçulmana, o Bloco Egípcio, vinculada aos partidos esquerdistas e liberais e os centristas, ex-militares e dissidentes da Irmandade Muçulmana (VITALINO, 2012).

Outro elemento que atrasou as eleições presidenciais no Egito foi a inconstitucionalidade da eleição parlamentar do país. Segundo o jornal Estadão, o juiz da Suprema Corte Administrativa Magdy El-Agaty (ZAYED, 2012 apud VITALINO, 2012, p.39) foi categórico em alegar que a atual Constituição do país foi violada:

O sistema que distribuiu em partes assentos entre partidos políticos e indivíduos violou a constituição. O novo parlamento, constituído de partidos islâmicos e liberais, deveria estabelecer um conselho de 100 membros para definir a constituição e abrir caminho para as eleições presidenciais.

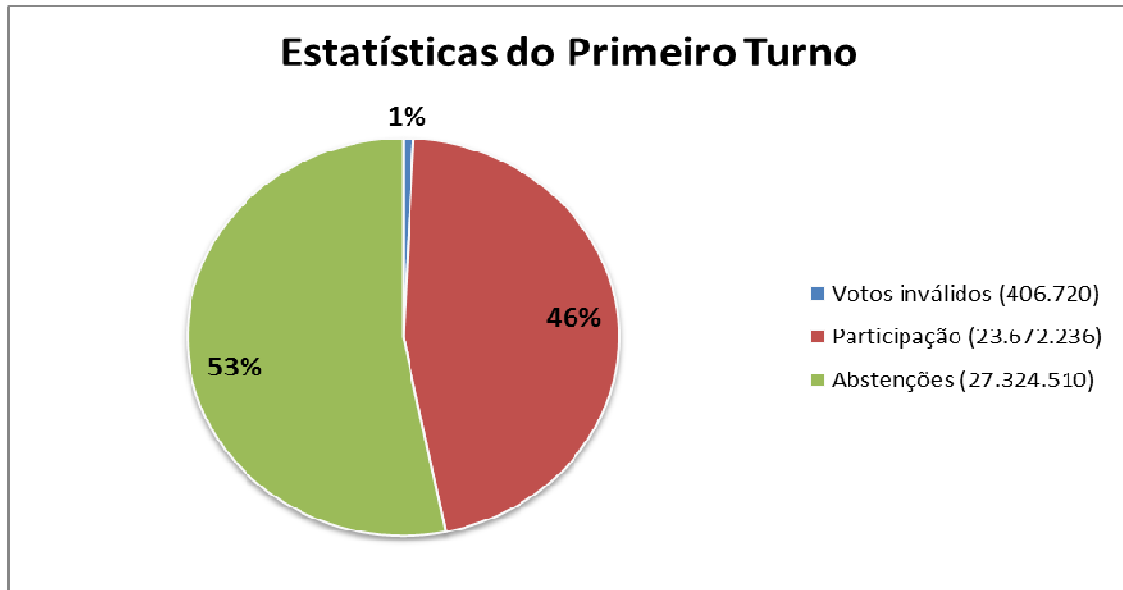
Além disso, de acordo com o referendo realizado em 2011, o novo sistema político do Egito define que o novo presidente terá quatro anos de poder, tendo o direito de se reeleger uma única vez (VITALINO, 2012).

Enfim, apesar de muitos fatores contribuírem para dificultar o processo de transformação política de uma sociedade que viveu três décadas sob uma ditadura, nos dias 23 e 24 de maio e 16 e 17 de junho de 2012, respectivamente foram realizadas oficialmente as primeiras eleições livres no Egito em primeiro e segundo turno (VITALINO, 2012).

Nos gráficos a seguir, podem-se ilustrar as estatísticas da distribuição de votos que ocorreram nas primeiras eleições livres do Egito.

No Gráfico 1 apresenta-se o percentual de votos no primeiro turno.

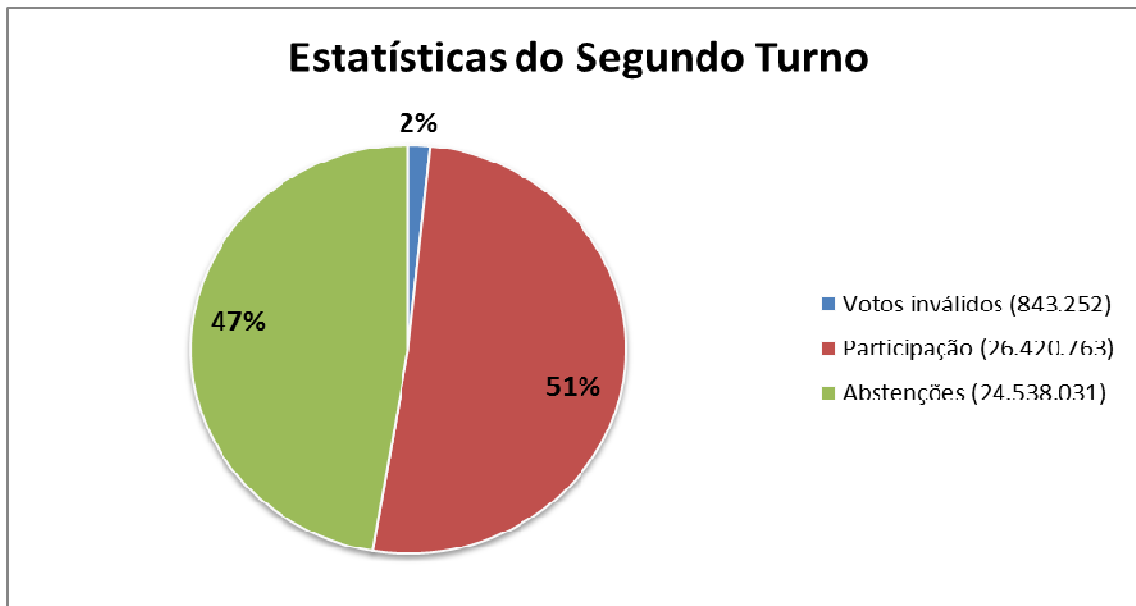
Gráfico 1 - Estatísticas do primeiro turno



Fonte: Adaptado de Ahram Online, 2012.

No Gráfico 2 ilustram-se as estatísticas do segundo turno.

Gráfico 2 - Estatísticas do segundo turno

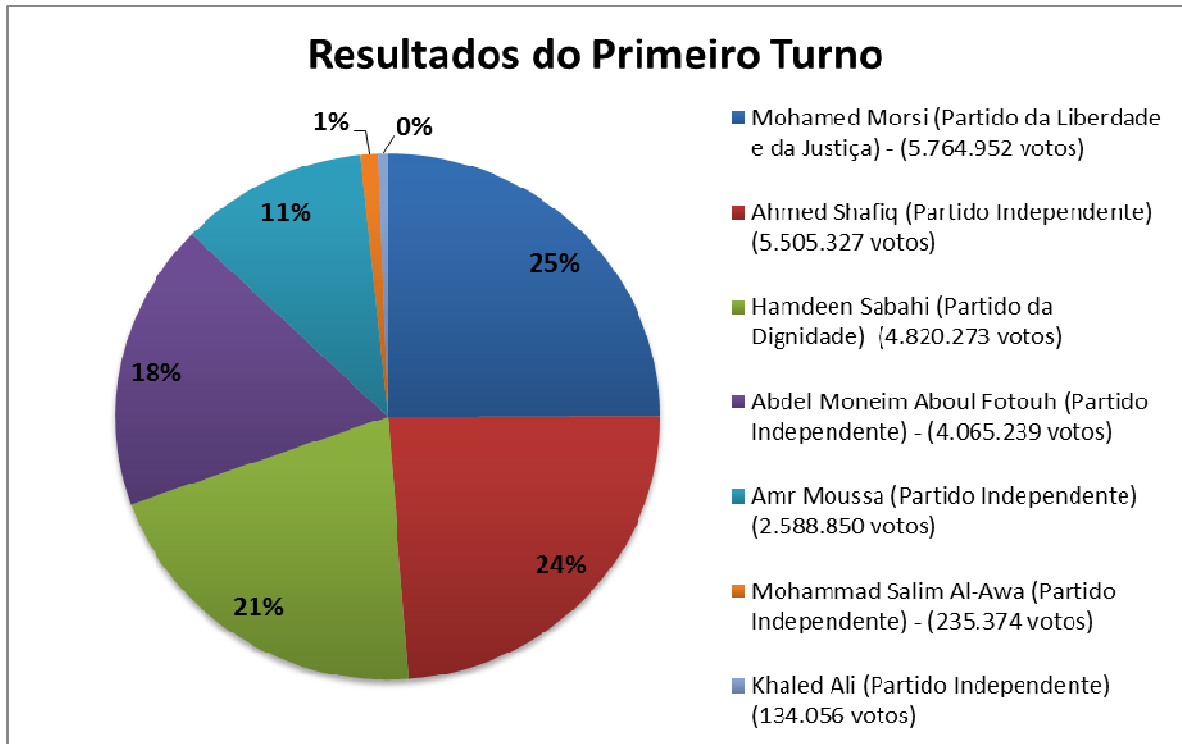


Fonte: Adaptado de Ahram Online, 2012.

Em um clima de incerteza política, mais de 50 milhões de egípcios foram convocados a escolherem seu presidente via forma democrática. Sob a supervisão de mais de 14 mil juízes distribuídos em mais de 13 mil colégios eleitorais, o candidato da Irmandade Muçulmana Mohammed Mursi foi eleito com pouco mais de 51% dos votos válidos (REUTERS BRASIL, 2012).

A distribuição dos votos, ilustrado a seguir, demonstra os percentuais de votos segmentados pelos candidatos mais representativos nas eleições presidenciais do Egito. No Gráfico 3 estão descritos os resultados do primeiro turno.

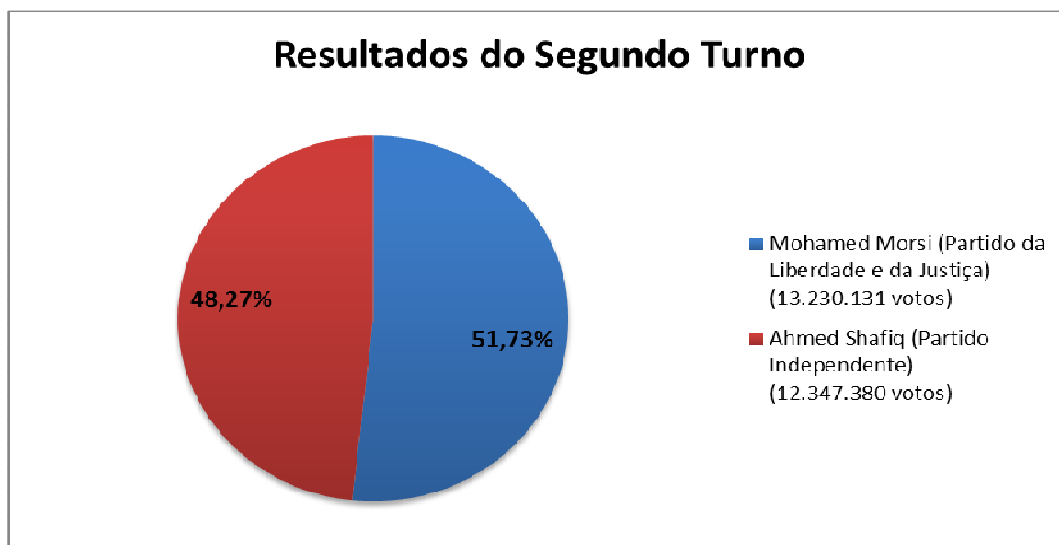
Gráfico 3 - Resultados do primeiro turno



Fonte: Adaptado de Ahram Online, 2012.

Segue abaixo no Gráfico 4 os resultados do segundo turno.

Gráfico 4: Resultados do segundo turno



Fonte: Adaptado de Ahram Online, 2012.

No que tange as alterações constitucionais e parlamentares, o presidente eleito pouco ou nada fez até o momento. Dois dias antes das primeiras eleições livres no país, a Suprema Corte Constitucional do Egito, considerada o órgão da mais alta instância judicial, ordenou a decomposição do Parlamento sob a alegação de inconstitucionalidade nas eleições legislativas. Tal fato foi motivado quando o Tribunal afirmou que foram detectadas irregularidades na eleição de um terço dos congressistas. Desta forma, a junta militar que conduziu o país no período de transição de regime reassumiu o controle legislativo do Egito (BBC BRASIL, 2012b).

Considerando que a Irmandade Muçulmana foi o grupo mais atingido pela decisão da Suprema Corte em virtude de já ter conquistado o maior número de assentos no Parlamento, somando-se aos incessantes questionamentos da mídia e da sociedade civil egípcia acerca deste controle dos militares sobre o poder legislativo do país, o presidente Mursi afirmou que as novas eleições parlamentares estão programadas para o final deste ano (BBC BRASIL, 2012b).

Coincidentemente, no dia em que a presente subseção está sendo redigida, manifestantes apoiadores e opositores a Mursi enfrentam-se na Praça Tahir. Opositores criticam os 100 primeiros dias do governo Mursi e exigem agilidade na divulgação da nova Constituição do país, e que esta represente todos os egípcios de forma igualitária. Críticos do governo afirmam que Mursi favorece a população islâmica do país, em virtude do seu histórico político ser ligado à Irmandade Muçulmana (RFI, 2012).

Os egípcios não são diferentes dos outros povos árabes, todos desejam uma vida digna e mais democrática. A Primavera Árabe impulsionou este sentimento nos egípcios que estão impacientes por alterações constitucionais. O reflexo dessa agonia são os protestos supracitados que, em apenas um dia, já feriram mais de 110 manifestantes (VISENTINI, 2011).

O presidente eleito Mohamed Mursi precisa agir rapidamente para que as revoltas de hoje não tomem a proporção daquelas presenciadas em 2011 que culminaram com a queda do ex-presidente Hosni Mubarak. As recentes revoltas na Praça Tahir demonstram que após 100 dias do governo Mursi o Egito está dividido, com a população cada vez mais desconfiada sobre os rumos políticos do país.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA PRIMAVERA ÁRABE PARA A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

A desestruturação dos governos em diversos países do mundo árabe que até 2010 eram considerados sólidos e intocáveis, pegou a maioria dos cientistas políticos de surpresa (POLITICA EXTERNA, 2011).

O surgimento dos protestos populares no final de 2010 na Tunísia que culminaram com a decadência da sua ditadura, logo se espalhou pelos outros países árabes, tendo o Egito como o epicentro das maiores repercussões internacionais, em virtude de ser considerado o principal país árabe, pela sua posição estratégica e pela sua influência cultural (POLITICA EXTERNA, 2011).

Devido a proporção, essas manifestações que contagiaram os árabes foram consideradas por muitos o início de um “arrastão democrático”, provocado pela propagação de ideais libertários, disseminados por meio de redes sociais e de novas ferramentas de tecnologia de comunicação (POLITICA EXTERNA, 2011).

As manifestações em voga estão demonstrando quanto são poderosos, em termos organizacionais, os meios de comunicação e as mídias sociais. Transmitindo em tempo real os conflitos entre manifestantes e militares, os meios de comunicação abriram as portas para um mundo mais complexo, com problemas que variam do cunho econômico ao político. Os movimentos em questão almejam reformas econômicas e a instauração de um regime democrático no Estado, demonstrando que as deficiências econômicas e políticas dos árabes são duas faces de um mesmo problema (NASSER, 2011).

A grande revolta que percorre o mundo árabe trará desdobramentos diferentes para os países diretamente envolvidos. A rebelião se expande no quadro dos Estados existentes. As cores do Egito, Tunísia, Iêmen, Síria, e Líbia estão sendo usadas. Não se pensou mais em pan-arabismo ou adesão a um novo califado (POLITICA EXTERNA, 2011).

Os Estados engolidos pelos protestos possuem realidades diferentes. O Marrocos alcançou uma transição bem sucedida entre dois reis a uma década, a Tunísia que teve o primeiro governo deposto nas manifestações da Primavera Árabe, havia instalado um sistema social baseado no modelo Ocidental garantindo os direitos das mulheres, atingiu a transição de regime sem uma ruptura radical. A Síria mantém precariamente o *status quo*, da mesma forma que Jordânia e Líbia,

apesar desta última ser um Estado conservador e ter mantido Kadafi no poder a quatro décadas (VISENTINI, 2011).

Os Emirados Árabes Unidos vivenciam a crise do seu capitalismo *Disney World*, a Arábia Saudita gradativamente está perdendo sua longa estabilidade e o Iraque totalmente desestruturado dispensa ser analisado (VISENTINI, 2011).

Entretanto, há três países que definem a futura tendência da região: Iêmen, Argélia e Egito. Localizado no sul da península arábica, o Iêmen é um país debilitado. A sociedade exige a instauração de um regime democrático, entretanto, precisa enfrentar grupos extremistas ligados a Al-Qaeda e ligados ao movimento socialista do antigo Iêmen do sul que reivindicam independência. Em suma, trata-se de um país pobre, a beira da ruína. Na Argélia, a sociedade está impaciente e desacreditada desde que há 20 anos um golpe militar impediu que os islâmicos assumissem o governo (VISENTINI, 2011).

Enfim, o Egito com sua posição estratégica é o centro do mundo árabe, afeta a posição de Israel e o esquema ocidental. Até certo ponto secularizado, foi varrido pela Primavera Árabe que impulsionou a queda do ditador Hosni Mubarak e a ascensão de Mohammed Mursi nas primeiras eleições livres do país em 30 anos (VISENTINI, 2011).

O sucesso dos protestos no Egito, que diretamente impulsionou a transição política no país, demonstrou que a aliança estratégica militar com os Estados Unidos não determina a sobrevivência desses regimes. Tais relações ajudam a unir apoio diplomático e militar para oprimir os movimentos, como foi visto no Bahrein (NASSER, 2011).

A Primavera Árabe é interpretada como peça fundamental no processo de democratização do mundo. No que diz respeito a República Árabe do Egito, embora evolua para sentidos democráticos em virtude das eleições livres, ainda é cedo para se apontar que um regime democrático será consolidado na região (VITALINO, 2012).

Assim, conclui-se que a democracia desdobra-se em um vagaroso processo, sua instalação exige a existência de uma sociedade civil instruída e o desenvolvimento de uma classe que tenha consciência da sua importância no processo político de um país (POLITICA EXTERNA, 2011).

Alguns países do Oriente Médio até preenchem estes requisitos, seriam de fato, os Estados consolidados. O maior deles, o Egito, apresenta condições

favoráveis para que os rumos democráticos consolidem-se na sua esfera. O país usufruiu de um sistema político autônomo e no século XX sua monarquia liberal com tantos aspectos negativos não atingiu a plena democracia (POLITICA EXTERNA, 2011).

Ainda no tocante ao Egito, não se pode afirmar com convicção que a democracia será plenamente instalada. A ruptura de um governo ditador não significa a implantação instantânea da democracia no país, a construção dos pilares democráticos requer anos de consolidação e vai muito além da transição de governantes (VITALINO, 2012).

Não obstante, ficou evidente que os acontecimentos da Primavera Árabe foram fundamentais para o processo da transformação política do Egito. As manifestações deixarão cicatrizes profundas no país e no sistema internacional que ainda está digerindo tamanha transformação em tão pouco tempo (VITALINO, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gritos por liberdade lançados no mundo árabe no final de 2010 ecoaram mundo afora. Como um efeito dominó, ditadores cederam à erupção das manifestações populares e viram desmoronar a soberania dos seus regimes.

A convulsão social e política atingiu pelo menos dez países da região. Desde a Tunísia, passando pelo Irã, Iêmen, Argélia, Bahrein, Iraque e Egito a bandeira da contestação dos regimes autoritários foi levantada para demonstrar ao mundo Ocidental que as ditaduras ali instaladas não correspondem à memória e à cultura árabe.

A Primavera Árabe foi uma expressão cunhada pelo Ocidente para explicar o vento de rebelião contra governos opressores que se generalizou na região. Em virtude da especificidade de cada país, o impacto das manifestações foi diferente, no entanto, sempre convergindo para o caminho da transparência política e da instauração de regimes democráticos.

A República Árabe do Egito, maior e mais populoso país do mundo árabe, acompanhou o destronamento, congelamento dos bens e a prisão do seu ex-ditador e ex-presidente Hosni Mubarak que governava o país por 30 anos ininterruptos.

Por meio das violentas manifestações na Praça Tahir que reuniram milhões de manifestantes conectados aos mais atualizados meios de comunicação, das mais variadas classes sociais sem pertencer a nenhum partido político, o Egito colocou o mundo árabe em evidência e por isso, demandou novas análises e interpretações deste novo cenário.

O declínio de Mubarak, passando da transição do poder da junta militar até a realização das históricas eleições legislativas que levaram o candidato da Irmandade Muçulmana Mohammed Mursi à presidência da república, surge um novo capítulo na história do Egito.

É prematuro afirmar que o novo presidente conseguirá implantar sua filosofia de governo, tampouco assegurar que rumos democráticos de fato serão implantados no Egito e no mundo Árabe. Após 100 dias no comando, a prioridade de Mursi está no campo da economia. Na conjuntura da Primavera Árabe, vários setores egípcios paralisaram as atividades, as situações mais precárias estão na falta de combustíveis e na coleta de lixo que não atende a demanda de toda população.

Para preencher estas lacunas e reerguer a economia, inevitavelmente o Egito

contará com recursos externos. Mursi deve desfrutar do bom relacionamento que o Qatar mantém com a Irmandade Muçulmana e requerer apoio financeiro ao referido país. Recentemente o presidente Obama proferiu palavras de apoio à Mursi e afirmou que manterá os históricos laços de aliança com o país. Mais uma alternativa a vista de Mursi.

De fato, além da recuperação econômica, o presidente recém-eleito deve buscar a modernização das instituições e da sociedade egípcia, tendo em vista que o país ainda encontra-se mergulhado em altas taxas de desemprego e com uma classe média atravessando fortes dificuldades.

Grandes expectativas foram criadas em volta da Primavera Árabe, especialmente em um país que viveu 30 anos sob exploração e o domínio de um ditador. No entanto, é importante salientar que a implantação de um regime democrático não se constrói do dia para noite. O processo de transição para a democracia requer um tempo de maturação tanto do Estado como da sociedade civil.

O rompimento de um governo ditador até a efetivação de um processo eleitoral livre significa um grande passo para que caminhos democráticos sejam instalados. O desenvolvimento dessas práticas democráticas somadas à maturidade do Estado que absorveu esta transição é que de fato determinará a natureza política de uma sociedade. Por isso, seria muita pretensão afirmar que o Egito terá uma democracia consolidada somente por que houve a transição de governo. É nesse ponto que se responde a pergunta problema da pesquisa, indagação crucial para o desenvolvimento do estudo apresentado.

A maturidade acima mencionada ainda não é vista na sociedade egípcia, a sede pela melhoria das condições de vida cegou uma parcela da população do país. Recentemente, manifestantes opositores à Mursi confrontaram-se com simpatizantes do governo alegando que pouco ou quase nada mudou desde a saída de Mubarak. Em pouco mais de 100 dias no poder, Mursi não teve tempo hábil para promover significativas mudanças, entretanto, a população está impaciente e quer que atitudes expressivas sejam tomadas imediatamente pelo governo.

Em 2012 o Egito vive uma pseudo-estabilidade política. A reivindicação da população para a ruptura do regime democrático foi atendida, entretanto, opositores ao governo já contestam a posição de Mursi e o comparam ao ex-ditador Hosni Mubarak. Ademais, em breve será debatida a nova redação da Constituição nacional

além de ser anunciada a nomeação de líderes para cargos significativos dentro do governo egípcio que irão compor o novo parlamento do país. Estes fatos podem agitar ainda mais a sociedade civil que está sedenta e impaciente por reformas administrativas e econômicas.

A presente pesquisa serviu para a compreensão da Primavera Árabe e dos reflexos das manifestações populares principalmente no sistema político da República Árabe do Egito. Tendo em vista a recente ruptura de sistema de governo, uma possibilidade futura para aprofundamento sobre o tema, seria a realização de um estudo demonstrando as diferenças administrativas e econômicas na era Mubarak e na era Mursi. Sendo assim, cumprem-se os objetivos específicos pré-estabelecidos e conseqüentemente o objetivo geral deste trabalho.

Espera-se que esta pesquisa desafie outros acadêmicos a analisarem a complexidade do cenário internacional, em especial do mundo árabe. E que este material sirva como fonte para estudiosos e admiradores das Relações Internacionais compreenderem o processo de transformação política em Estados que acreditavam que a democracia era privilégio somente do mundo ocidental.

REFERÊNCIAS

- AHRAM ONLINE. **Morsi, Shafiq officially in Egypt's presidential elections runoffs.** Disponível em <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/36/122/43126/Presidential-elections-/Presidential-elections-news/BREAKING-Mursi,-Shafiq-officially-in-Egypt-presid.aspx>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- ALVERGA, C. F. R. P. de. **Democracia representativa e democracia participativa no pensamento político de Locke e Rousseau.** Brasília, 2003. Disponível em <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1710>>. Acesso em: 8 mai. 2012.
- AVRITZER, L. **Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia.** Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.
- AVRITZER, L.; COSTA, S. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- AZAMBUJA, D. **Introdução à ciência política.** 17. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- BASTOS, C. R. **Curso de teoria do estado e ciência política.** 6. ed. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.
- BBC BRASIL. **Egito ordena dissolução de partido de presidente deposto.** Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110416_egito_partido_pu.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2012a.
- BBC BRASIL. **Justiça dissolve Parlamento no Egito às vésperas de eleição presidencial.** Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120614_egito_incerteza_ac.shtml>. Acesso em: 21 out. 2012b.
- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política.** 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política.** 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- CARVALHO, R. O. **Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009).** Teresina, 2010. Disponível em <http://ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/RICARDO_OSSAGO.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

COSTA, R. **Mais uma primavera árabe histórica, os árabes plantam flores nos desertos**. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/19393/11652>>. Acesso em: 29 set. 2012.

DEMANT, P. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCURSO DE GETTYSBURG. Disponível em <<http://www.laerciobeckhauser.com/visualizar.php?id=534189>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

EGYPT INDEPENDENT. **Kefaya: The origins of Mubarak's downfall**. Disponível em <<http://www.egyptindependent.com/news/kefaya-origins-mubaraks-downfall>>. Acesso em: 15 set. 2012.

EGYPT STATE INFORMATION SERVICE. Disponível em <<http://www.sis.gov.eg/En/Story.aspx?sid=2>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILOMENO, J. G. B. **Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FONSÊCA, J. **Partidos políticos: uma reflexão**. Disponível em: <<http://www.josonielfonsecaadv.com.br/PARTIDOS%20POL%20C3%8DTICOS.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

GARCIA, A. N. **Democracia semidireta: referendo, plebiscito, iniciativa popular e legislação participativa**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL_TF_DL_2004_ALEXANDRE_N_AVARRO_GARCIA.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

GONÇALVES, W. **Relações internacionais**. Disponível em <<http://www.leonildo.com/pdf/ri1.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

GOULART, C. S. **Formas e sistemas de governo: Uma alternativa para a democracia brasileira**. Porto Alegre: Graflin, 1995.

HABIB, M. **O Egito em busca da sua democracia**. 2011. Disponível em <http://icarabe.org/sites/default/files/aula_4_o_egito_em_busca_da_sua_democracia__mohamed_habib.pdf>. Acesso em: 7 out. 2012.

HADDOOD, Y. K. **Alguns aspectos sobre o processo da democratização dos sistemas políticos no mundo árabe: Egito e Líbano como modelos de estudo**. Natal, 2007. Disponível em <http://btdt.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/7/TDE-2007-09-03T065842Z-847/Publico/YounusKH.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2012.

HALLIDAY, F. **The middle east in international relations: power, politics and ideology**. London: Cambridge, 2005.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Eric Hobsbawm; tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. São Paulo: Objetiva, 1996.

INDEX MUNDI. Disponível em

<http://www.indexmundi.com/pt/egipto/taxa_de_desemprego.html>. Acesso em: 5 abr. 2012.

JOFFÉ, G. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. **Revoltas no norte de África e no Médio Oriente**. Lisboa, n. 30, p 85-116. 2011.

Disponível em < <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n30/n30a06.pdf> >. Acesso em: 7 out. 2012.

JUNIOR, J. J. G. **Democracia, mercado e racionalidade**: um estudo sobre o eleitor no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em <

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4479/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Democracia,%20Mercado%20e%20Racionalidade.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**:

procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMPREIA, L. F. **O que resta da primavera**. 2012. Disponível em

<<http://sergyovitro.blogspot.com.br/2012/04/o-que-resta-da-primavera-luiz-felipe.html>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

LEAL, C. M. **A importância do islamismo político no médio oriente**. Disponível em <

http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1366/infor_inter_2006_su pl_V.pdf>. Acesso em: 7 set. 2012.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **O lugar da classe média**: as camadas médias no

levantar árabe. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1163>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

LEWIS, Bernard. **A democracia e o Islã**. 2004. Disponível em

<http://w3.ufsm.br/dld/admin/uploads/dldfile_0112110105.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2012.

LOTUS REVOLUTION. Disponível em

< <http://www.sis.gov.eg/VR/reveulotion/ehtml/revolution.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

MAGNOLI, D. **Mundo – Geografia e Política Internacional**: Velha Ordem desaba no grande Oriente Médio. 1 volume. 2011. Disponível em

<<http://www.clubemundo.com.br/pdf/2011/mundo0111.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto

Alegre: Bookman, 2006.

MAMEDE, A. P. R. A. **O Oriente Médio nas relações internacionais**. Minas Gerais, 2010. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100504163228.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MARQUES, D. **Democracia e ciências sociais no Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2987/1/2007_DanusaMarques.PDF>. Acesso em 30 abr. 2012.

MENDONÇA, A. L. et al. **Transição democrática: modelos de lei e de decreto**. São Paulo, 2008a. Disponível em <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/eleicoes2008/transicao_democratica_email.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012.

MENDONÇA, A. L. et al. **Transição democrática: modelos de lei e de decreto**. São Paulo, 2008b. Disponível em <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/sala_de_imprensa/transicao_democratica_sala_de_imprensa_site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012.

METZGER, F. **Pluralismo x Radicalismo: A integração do islã político em algumas sociedades muçulmanas – Os casos de Egito, Turquia e Argélia**. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8138%2Ftde-18092008-161219%2Fpublico%2FDISSERTACAO_FABIO_METZGER.pdf&ei=Y2SgT4L0IJOXtweu0NGRAg&usq=AFQjCNFiE6UBSqliTyDwPir2RM6srodg>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MUNDORAMA. **O complexo jogo de transição democrática no Egito**. 2012. Disponível em <<http://mundorama.net/2012/07/27/o-complexo-jogo-de-transicao-democratica-no-egito-por-erlene-maria-coelho-avelino/>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

MUNDORAMA. **Para além do fundamentalismo: o Egito pós-Mubarak**. 2011. Disponível em <<http://mundorama.net/2011/02/03/para-alem-do-fundamentalismo-o-egito-pos-mubarak-por-claudio-cesar-dutra-de-souza-silvia-ferabolli/>>. Acesso em 12 out. 2012.

MUNDO ÁRABE. **La revolución egípcia se salva em los tribunales**. Disponível em <http://www.mundoarabe.org/juicio_mubarak_agosto2011.html>. Acesso em: 13 out. 2012.

NASSER, R. Turbulências no mundo árabe: rumo a uma nova ordem?. **Tempo do mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 141-170. 2011. Disponível em <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/120822_rtmv3_portugues02_4.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2012.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, B. Q.; DUAILIBE, E. P. **Sistemas partidários e sistemas eleitorais: as leis sociológicas de Maurice Duverger e Giovanni Sartori no cenário político brasileiro**. Fortaleza, 2010. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3069.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

OLIVEIRA, O. M. (Coord.). **Relações internacionais & globalização: grandes desafios**. 2. ed. Ijuí: Unijul, 1999.
PECEQUILO, C. S. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PETRUS, G. M. **A justiça de transição como realização do estado democrático de direito: caminhos para a desconstrução político-jurídica do legado autoritário no Brasil**. São Paulo, 2010. Disponível em <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-petrus.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.

POLITICA EXTERNA. **Repercursões da primavera árabe**. São Paulo: Paz e Terra, v. 20, n. 1, ago. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Transição democrática e política externa**. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/5494/5494_3.PDF>. Acesso em: 20 set. 2012. p 20-38.

REIS, L. G. Produção de monografia da teoria à prática. 2 ed. Brasília: SENAC-DF, 2008.

REUTERS BRASIL. **Candidato da Irmandade Muçulmana vence eleição no Egito**. 2012. Disponível em <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE85N00N20120624>>. Acesso em: 14 out. 2012.

RFI. **Protestos violentos no Egito deixam mais de 100 feridos**. 2012. Disponível em <<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20121012-protestos-violentos-no-egito-deixam-40-feridos>>. Acesso em: 12 out. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. J. R. **Relações internacionais: teorias e agendas**. Brasília: IBRI, 2002.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. São Paulo: Atlas, 1996.

ROMANELLI, L. C. **Direito à moradia à luz da gestão democrática**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTANA, B. B.; COSTA, R. W. A. **Transição democrática no Oriente Médio: a primavera árabe e a aplicação do modelo democrático de Robert Dahl**. Brasília, 2012. Disponível em <www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID...457>. Acesso em: 14 out. 2012.

SANTORO, M. **As revoltas árabes e a democratização do Magreb e do Oriente Médio**. Disponível em <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/05/13_2_santoro.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2012.

SANTOS, M. F. F. **Teoria geral do estado**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHIOCCHET, L. Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Tempo do mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 37-82. 2011. Disponível em <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/120822_rtmv3_portugues02_4.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

SEITENFUS, R. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

SILVA, M. P. **Relações entre estado e democracia na teoria política contemporânea**. Brasília, 2005. Disponível em <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6653/1/2005_MatheusPassosSilva.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.

SILVA, T. T. **Imagens da primavera árabe: estética, política e mídias digitais**. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/7507.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2012. p 35-47.

STRECK, L. L.; MORAIS, J. L. B. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2000.

THE HUFFINGTON POST. **Arab spring timeline: 17 december 2010 to 17 december 2011**. Disponível em <http://www.huffingtonpost.co.uk/2011/12/16/arab-spring-timeline-_n_1153909.html>. Acesso em: 20 out. 2012.

VISENTINI, P. F. **O Egito e a estratégia de regime *change*: quando o feitiço vira contra o feiticeiro**. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/18739/10941>>. Acesso em: 12 out. 2012.

VITALINO, L. C. **O que não pode florir no momento certo acaba explodindo depois: a primavera árabe no Egito**. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1717/1/20973695_Luna%20Vitalino.pdf>. Acesso em: 13 out. 2012.

VITULLO, G. E. **As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes**. Campinas, 2006. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n2/06.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ZILLES, U. **Crer e compreender**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.